

BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS

DIRECTOR: MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

PUBLICAÇÃO DO
ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA

VOL. XXXV

1984

OLIVEIRA MARTINS

O Historiador

II

Pela primeira vez numa história escrita de Portugal⁽¹⁶⁵⁾ se deu à geografia o lugar que lhe compete. Nem Herculano nem os seus sucessores até ao nosso século consideraram a geografia factor do condicionalismo histórico; só na actualidade alguns autores, acompanhando a evolução da ciência histórica e encarando-a à luz dos conhecimentos modernos, procuraram explicar a nossa independência por esse condicionalismo do meio e a índole e carácter dos Portugueses das várias províncias pela geografia. É, portanto, Oliveira Martins um precursor de talento dos historiadores modernos.

Todo um capítulo — o III do Livro I — é dado à descrição geológico-geográfica de Portugal, se bem que no intuito de demonstrar a carência de diversificação do nosso país em relação ao resto da Península.

Descrito geograficamente o país, «anfiteatro levantado em frente do Atlântico que é uma arena», descreve-o a seguir geognosticamente, dividindo-o para isso em três regiões. Tal descrição não tem, porém,

(165) Perdida a *Geographia* de João de Barros, ignora-se até que ponto o historiador quinhentista consideraria a influência do factor geográfico no curso da história portuguesa.

qualquer influência futura na obra: está ali como um luxo supérfluo de divulgador a alardear ciência; a ela não se ligam factos futuros; é um quadro, melhor um «fundo» perante o qual vai, depois, representar-se o grande drama da história.

Segue-se a pintura do país por regiões, posta de parte a moderna e artificial divisão distrital (aliás descabida numa história que termina precisamente na revolução liberal que a criou), seguindo o antigo por províncias, formadas «historicamente em obediência às condições naturais». Todo o capítulo é constituído por quadros, belíssimas aquarelas, espécie de preparação para as futuras grandes telas de obras posteriores.

Superior, porém, a esses quadros magníficos é a descrição dos habitantes das regiões naturais feita com um sentido agudo dos contrastes e das características salientes, por vezes carregando um pouco as tintas, fazendo avultar defeitos que não são precisamente os seus característicos.

Como complemento vem uma série de retratos, espécie de «instantâneos», que podem, aqui e ali, não ser muito verídicos, mas são sempre impressionantes, embora, por vezes, incompletos. É o minhoto «obtusos mas paciente e laborioso, tenaz, persistente e ingénuo»; o trasmontano «vivo, ágil, robusto»; o beirão «um tipo propriamente português»; o alentejano, que «exprime no seu todo a grandeza um tanto austera do chão sobre que vive»; o ribatejano «pastoreando os rebanhos de touros nas campinas húmidas e vicejantes, é como um beduíno do Nilo»; o algarvio «de tudo fala, agita-se em permanência, com uma vivacidade quase infantil».

A história da nossa terra, considera-a o historiador dividida em seis períodos, cada qual constituindo um livro.

No primeiro período descreve o processo da independência, iniciada com a separação de Leão e concluída com a consolidação final em 1385.

O segundo período abrange toda a fase expansionista da nossa vida nacional desde a conquista de Ceuta até à chegada de Vasco da Gama à Índia.

O terceiro período tem por objecto a acção dos Portugueses no Oriente, consubstanciada em três figuras fundamentais: D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro.

No quinto período há uma reversão, como já acentuámos, porquanto, depois de narrar os factos decisivos da nossa acção no Oriente, a que põe remate o naufrágio lamentável de D. Paulo de Lima na costa de Moçambique, Oliveira Martins abre o livro com a descrição

da faustosa corte manuelina, narra o reinado de D. João III e o de D. Sebastião, definindo o nascimento e a evolução da mística popular do Sebastianismo, «manifestação do génio nacional íntimo da raça e uma abdicação da história»⁽¹⁶⁶⁾. Chama-lhe *A Catástrofe*, a cujas causas se aludirá adiante.

O quinto período — *A decomposição* — compreende o domínio filipino, a Restauração e os reinados desde D. Afonso VI até à queda do Marquês de Pombal.

Finalmente o sexto período — *A anarquia espontânea* — abrange o reinado de D. Maria I até ao advento do Liberalismo.

Dissemo-lo já, Oliveira Martins visionou a nossa história como sucessão *dinâmica* de quadros, dentro dos quais o primeiro plano da cena é ocupado por algumas figuras representativas, ou que ele tomou como tais. Sem comungar na mística dos heróis, como Carlyle (com cujo pessimismo histórico o do nosso autor tem algo de análogo), crê o historiador que são os homens quem faz as pátrias; nascem estas, portanto, por força da vontade do indivíduo. Individualista extreme — cremos ter sido essa a razão por que se afastou do socialismo marxista e o levou até ao catedrático —, compraz-se na descrição e por vezes na exaltação das figuras cimeiras da História, não pelo simples amor delas, mas com intuitos docentes, sempre revelados em tudo quanto escreveu, fiel ao seu lema ciceroniano — «a história é sobretudo uma lição moral»⁽¹⁶⁷⁾, entendendo por isso que

«Apresentar crua e realmente a verdade é o melhor modo de educar, de reconhecemos no homem uma fibra íntima de aspirações ideais e justas, sempre viva, embora mais ou menos obliterada»⁽¹⁶⁸⁾.

Temos, porém, de opor algumas reservas ao conceito de «verdade» do escritor; não é uma verdade objectiva que brote imediatamente dos factos ou das descrições, mas antes uma verdade subjectiva por ser a que se afigurou ao escritor, em certos casos envolvida em preconceitos ocultos no seu subconsciente.

Ficaram célebres alguns retratos — o de D. Afonso Henriques, o de D. Pedro I, o de D. João V, o de D. João VI («soberba coisa»

⁽¹⁶⁶⁾ Vol. II. Pág. 83.

⁽¹⁶⁷⁾ Vol. I. Pág. VII.

^(167a) Ver o ensaio do autor *Oliveira Martins e o Infante D. Henrique*. In — «Ocidente». Vol. LVIII. Lisboa, 1960.

⁽¹⁶⁸⁾ Pág. XII.

lhe chamou Camilo), o de D. Fernando, o do Infante D. Henrique — em corpo inteiro, formidáveis de vida, cheios de vigor, que avultam na tela, não como pinturas mas como autênticos seres vivos. Todavia, tal como se diz de *El Greco*, sofria Oliveira Martins de certo astigmatismo que, se não alongava as figuras como as do pintor célebre, lhes fazia sobressair, como nas caricaturas, o pormenor grotesco, a faceta caricata, tantas vezes com prejuízo da verdadeira.

O retrato do Infante D. Henrique é uma iluminura crua, que parece ter sido feita sobre a do manuscrito da *Crónica* de Zurara da Biblioteca Nacional de Paris: a mesma dureza de traços, as mesmas linhas vincadas, a mesma *facies* angulosa, o mesmo olhar firme e frio como uma espada, em perfeito contraste com aquele olhar perdido nos longes, daquele rosto fechado mas sobre o qual paira leve melancolia imortalizado por Nuno Gonçalves numa das tábuas do seu Tríptico famoso. Do Infante se ocupará de novo n'Os *Filhos de D. João I* e na conferência escrita para comemorar o 5.º centenário do nascimento de D. Henrique.

O retrato de D. João VI oscila entre uma caricatura de Rafael Bordalo e um quadro de Hoggarth. Camilo, sempre exagerado, chamou-lhe «soberba coisa»⁽¹⁶⁹⁾, assim, considerado do ponto de vista meramente formal; não deve, porém, estar ali o verdadeiro monarca, a que os modernos historiadores brasileiros, desde Oliveira Lima, fizeram justiça total.

À medida que Oliveira Martins se vai aproximando dos tempos modernos, os retoques nos retratos são mais numerosos, abunda o pormenor, as considerações refinam e os prejuízos tornam-se mais facilmente compreensivos, pela afinidade entre o pensar dos homens de hoje ou das figuras retratadas pelo escritor.

Salientado o perfil dos homens representativos da nossa história, isto é colocado o indivíduo no seu lugar como orientador dos acontecimentos, ou como agente do destino, procura Oliveira Martins erguer vivo o ambiente de cada época, escolhendo, às vezes de modo discutível, acontecimentos tidos por representativos, pequenos quadros discretos ou grandes telas à maneira de Zola, nas quais tantas vezes se confundem chefes e subordinados no tumulto ardente da luta e no ímpeto da febre que anima o escritor.

A par dos retratos, abundam nesta obra os grandes quadros, impressivos e impressionantes, onde a garra do artista se trai, ali avul-

(169) Carta de O. Martins, in — *Portugal contemporânea*. Tom. II. Pág. 461.

tando o propósito de fixar um momento do tempo como característico de uma época.

Há, por exemplo, grandeza trágica no vasto painel da matança dos Cristãos-novos, fremente de indignação mal contida, laivado de sangue e de fogo, «um cheiro nauseabundo de carne queimada, risadas ferozes no rosto dos pretos, e olhares terríveis na face macilenta dos frades, que pregavam às esquinas das ruas»⁽¹⁷⁰⁾.

Este mesmo fundo negro de tragédia sanguinolenta o vamos encontrar na descrição do primeiro auto-de-fé e no terramoto de Lisboa. O visualista aprende aqui a realidade fotográfica com tal intensidade e perícia que as próprias palavras parecem falar, comunicando ao leitor a sensação auditiva.

É nesta obra e na já citada *História da República Romana* que se encontram as mais belas e mais frementes páginas descritivas de Oliveira Martins. Em todas, porém, o mesmo fundo de duas faces: o deslumbramento das pedrarias, das sedas, das jóias, do portentoso luxo da Antiguidade ou do Oriente, ou o negrume pesado de tragédia pressaga, o mais frequente de acordo com a idiosincrasia do escritor.

Foi este fundo pessimista, sombrio e desalentador, que 15 anos mais tarde iria inspirar a *Pátria* de Guerra Junqueiro. Ao concluir o Livro VI dir-se-ia que o autor se sentia enjoado da sua própria obra, ansioso por concluir um trabalho penoso. Ele mesmo o confessa, quando pinta o Príncipe Regente a bordo da nau que ia levá-lo ao Brasil «com as mãos nos bolsos» e «remexendo as peças de ouro», bocejando «porque o enjoo começava com os balanços do mar». E, logo a seguir:

«É o que sucede à história, com os miseráveis balanços do tempo; vem o enjoo incómodo e a necessidade absoluta de vomitar»⁽¹⁷¹⁾.

Nesse fundo pessimista se compraz o escritor, que vai buscar os seus quadros de preferência aos temas lúgubres ou àqueles que se prestam a carregar as cores sombrias. Em todo este livro não há uma nota alegre; mesmo ao descrever os esplendores da Corte manuelina, adivinha-se um ambiente de catástrofe oculta por detrás das belas tapeçarias.

(170) Vol. II. Pág. 17.

(171) Pág. 240.

O desdém e o nojo do historiador caíram em especial sobre um aspecto da nossa história: o do domínio português no Oriente. Nos relatos dos autores coevos encontrou o historiador farto manancial onde pôde forragear provas bastantes em que estribar-se, esquecido porém, de que a medalha tinha reverso, e nem tudo quanto os Portugueses fizeram na Ásia foi vergonhoso, e do que era censurável pelo escritor se encontrava perfeitamente enquadrado nas ideias do tempo.

Eis, em resumo, o que é a *História de Portugal* e qual é o seu pensamento norteador, que, pretendendo ser o complemento natural da *História da Civilização Ibérica*, é, afinal, a condenação massiça do passado. Não era tal o intuito do autor, mas essa conclusão encontra-se implícita logo no começo da obra e não podia deixar de ali conduzir. O último parágrafo, mesmo, estabelece um contraste nítido com o da obra anterior, que, como se viu, é um hino de esperança na Espanha futura.

A imputação das culpas da decadência profunda do país no seu tempo, assacadas ao Liberalismo foi um indício de como este socialista, que um dia afirmaria ter sido «republicano teórico», estava mais perto das doutrinas contra-revolucionárias de um Marquês de Penalva, de um José Acúrsio das Neves, de um Gama e Castro do que das de um Herculano ou de um Mousinho da Silveira, esquecido, entretanto, deliberada ou involuntariamente, de que ele próprio, Oliveira Martins, demonstrara largamente a incapacidade dos Portugueses para construir e a falta de bases naturais para a nossa Pátria.

Ao escrever que a «consequência mais profunda da revolução liberal foi a ruptura da tradição»⁽¹⁷²⁾, passava automaticamente a ocupar o lugar de «mestre da Contra-Revolução» como em nosso século lhe haveriam de chamar os doutrinários da Monarquia integral.

A descrição, com seu quê de irónica, sarcástica mesmo, da corte de D. Maria I, vislumbrada principalmente através das cartas de Beckford, não parece moldada para a integrarmos em época posterior à instauração do Liberalismo. No remate da obra, e depois no *Portugal contemporâneo*, faz o escritor o verdadeiro processo do Liberalismo português, copiado quase literalmente do francês.

Referindo-se ao «enxame de trabalhadores obscuros» que lavram a terra «indiferentes a ideias que desconhecem» e são «a matéria-prima da sociedade», embora ninguém descubra «nessa turba a fisionomia própria das nações», afirma que «nem eles por si próprios, nem, por eles, os que os mandam, souberam tomar essa matéria-prima, assi-

(172) Pág. 295.

milá-la, dar-lhe a homogeneidade de forma e a vida própria dos organismos colectivos».

«Daí vem — continua — o caso, talvez único na Europa, de um povo que, não só desconhece o patriotismo, que não só ignora o sentimento espontâneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores, que não só vive de copiar, literária e politicamente a França, de um modo servil e indiscreto, que não só não possui uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si próprio, com os nomes mais ridículos e o desdém mais burlesco. Quando uma nação se condena pela boca de seus próprios filhos, é difícil, se não impossível, descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade colectiva» (173).

Acaso, ao redigir estas palavras pessimistas e desalentadoras, não lhe ocorreria ao espírito que com a sua *História* não poderia aspirar a incutir na alma dos Portugueses o sentimento patriótico? Estaria a sua obra indicada para lhes ensinar o «respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores»? Se alguém, deprimido pelo ambiente pátrio e receoso pelo seu futuro em presença de uma Europa convulsionada e de ambições desmedidas à solta, corresse às páginas da *História de Portugal* na busca de antídoto capaz de abafar ou expulsar o seu desalento e o seu cepticismo, ao fechar o livro, podemos afirmá-lo, verificaria ter-se cavado mais fundo o abismo da descrença na Pátria e ter-se-ia fortalecido ainda mais a convicção de não valer a pena lutar porque o mal era irremediável.

Ao concluir a sua obra, o escritor, também duvidoso (do efeito do seu livro), duma dúvida pungente e com velado rictus de amargura, escreveu:

«Continua ainda a decomposição nacional, apenas interrompida de um modo aparente pelas ideias revolucionárias e pela restauração das forças económicas fomentadas pelo utilitarismo universal? Ou presenciemos um fenómeno de obscura reconstituição; e, sob a nossa indecisa fisionomia nacional, sob a nossa mudez patriótica, sob a desesperança que por toda a parte ri ou

(173) Pág. 298.

geme, despertará latente e ignota a chama de um pensamento indefinido ainda?» (174).

Porque abundavam os materiais de consulta, as fontes aonde ir beber para levantar a sua obra *Portugal contemporâneo*, esta é mais densa do que a *História de Portugal*. Em dois compactos volumes de mais de 400 páginas cada um, traça o historiador, em tons carregados — que a partir do meio do 2.º volume se tornam profundamente negros — a história dos acontecimentos ocorridos nos 35 anos que medeiam entre a morte de D. João VI (1826) e a de D. Pedro V (1861) por onde se vê a densidade da obra: 800 páginas para referir factos ocorridos em menos de meio século, quando o autor gastara apenas 600 páginas para contar a história de sete séculos de nacionalidade. É, pois, mais prolixo o *Portugal contemporâneo* do que a obra anterior, que, como já ficou dito, não passou de uma série de quadros, embora pintados por mão de mestre.

Também aqui há quadros ainda em maior profusão. Todavia, jamais se quebra o fio da lógica que de todo falta ou mal se vislumbra na *História*. O encadeamento dos acontecimentos não sofre soluções de continuidade, talvez por estar o autor mais seguro dos temas por melhor escudado. Na *História de Portugal*, abra-a o leitor onde a abrir, logo ficará ciente do assunto, não sentindo necessidade de conhecer os antecedentes. Tal não se dá no *Portugal contemporâneo*.

Por isso, a despeito das dúvidas ou objecções que possam opor-se a pontos de vista ou interpretações de Oliveira Martins, esta obra pode ser lida por quem quiser conhecer a história daquele agitado período da nossa vida política. Na *História*, pelo contrário, só quem já tiver conhecimento dos factos históricos do passado, poderá apreender o que há de verídico ou de discutível nas interpretações do autor.

E sem haver qualquer identidade de processos entre Oliveira Martins, Macaulay e Carlyle, não podemos deixar de considerar que a *História de Portugal* recorda muito *The French Revolution* de Carlyle (e também muito de Michelet), enquanto o *Portugal contemporâneo* nos traz à lembrança os processos de Macaulay na sua *History of England*.

Obra expositiva de *prîme abord*, é crítica, de um criticismo amargo, por vezes duro, se quiserem, mas que em outro país de nível intelectual superior ao nosso, seria salutar. Amarga, como se viu, foi a *História de Portugal*, obra, dissemo-lo já, considerada dissolvente

(174) *Loc. cit.*

por certos críticos do nosso século (175); a mesma acidez ressuma das páginas d'*O Brasil e as Colónias portuguesas*, a que adiante nos referiremos. A política, dentro de breves anos, irá vacinar o autor, amarfanhá-lo, asfixiá-lo, esmagá-lo, sim, mas simultaneamente abrir-lhe os olhos à esperança e levá-lo a ver o passado como porto de refúgio contra as desilusões do presente.

Se as faculdades especulativas dos Portugueses no século passado fossem mais elevadas, o *Portugal contemporâneo* poderia ter exercido profunda acção construtiva como na Inglaterra exerceram os romances de Dickens.

Entre nós, porém, tais coisas não foram, nem são, possíveis, e mal vai ao autor que recorre à crítica demolidora na esperança de obter reacção salutar: os tristes exemplos de Ramalho, de Junqueiro e de Fialho aí estão a atestar como os arrependimentos tardios, implícitos ou explícitos, já nada podem contra as forças desencadeadas.

Propôs-se Oliveira Martins mostrar aos Portugueses o erro de terem sido brindados em 1820 com instituições que não se encontravam preparados para compreender nem aceitar conscientemente, porque tais princípios requeriam uma consciência cívica ignorada completamente pelo povo e cujo alcance este se mostrava incapaz de abranger.

Procurou, para isso, ver desapaixonadamente o problema português: um povo profundamente atrasado, sem instrução ou com ela viciada na sua origem, quase embrutecido por práticas supersticiosas seculares, sem saber reflectir não já nos problemas políticos postos ao país, mas em grande parte no emergente da vida municipal. E saltando, de repente, de um estado de adormecimento de séculos para outro em que ele, povo, era considerado «livre» e «soberano», na plenitude de direitos que totalmente ignorava, inaugurou-se uma era de convulsões, logo iniciada com as duas reacções de 1823 e 1824, continuadas com as duas guerras civis de 1832-1834 e 1846-1847, anar-

(175) António Sardinha, por exemplo, escreveu: «Livro desgraçado esse, é o que infelizmente se repete e aponta como caracterizando a fisionomia espiritual do autor». (*Ao Princípio era o Verbo*. Lisboa, 1924. Pág. 164).

Por seu lado, Alfredo Pimenta chamou à obra «pasquim integralmente antiportuguês» com que O. Martins abriu «a sepultura em que enterrou a História de Portugal». (*Mestres do Pensamento*. Braga, 1941. Pág. 33).

Curioso é apontar que, sendo os dois autores citados figuras destacadas nas hostes combativas do Integralismo, variados outros autores do mesmo movimento citam frequentemente o *Portugal contemporâneo* como a crítica mais percuciente da Monarquia liberal e consideram O. Martins um dos mestres da Contra-Revolução.

quia que, principalmente com aspecto de lutas partidárias, chegou quase aos nossos dias.

Parte, portanto, desse postulado o historiador para fazer a história crítica do estabelecimento e consolidação do Liberalismo. Em grande parte devido ao tom empregado (por exemplo ao falar do *Miguelismo*, procura explicá-lo sem com isso o defender, do que já o acusaram), em parte pela incultura de uns e a exaltação política de outros, o livro foi recebido na ponta das espadas, tendo-se-lhe feito ataques, precursores dos que, cinco anos depois, choveriam em cata-dupa sobre o próprio autor.

Há, nesta obra, três aspectos que importa salientar: o do historiador, o do pensador e o do artista.

Como historiador, dissemo-lo já, serviu-se Oliveira Martins principalmente dos depoimentos coevos dos acontecimentos, quer de autores nacionais, quer estrangeiros. Embora tal critério seja de aceitar, tem, contudo, seus perigos: quando um homem foi discutido no seu tempo e levantou inimizades violentas ou entusiasmos exaltados — como D. Miguel, Costa Cabral, Fontes Pereira de Melo (em nossos dias Afonso Costa, Sidónio e Oliveira Salazar) — é difícil, entre a avalanche de depoimentos contraditórios descobrir a parcela de verdade que, apesar de tudo, sempre neles existe.

As paixões políticas em toda a parte desde a Grécia socrática até aos dias de hoje, sempre desencadearam temporais violentos. Tem sido Portugal terreno em que elas medraram, com especial proveito daqueles que souberam aproveitar-se da agitação para dela tomarem vingança em holocausto a velhos ódios, mais ou menos sem fundamento. É que o terreno estava desde sempre preparado para deixar germinar essas paixões e fazê-las explodir, fruto de uma incultura já clássica servida por um temperamento sentimental e, assim, exaltado que se mostra impotente para avaliar a frio os actos dos homens públicos ou a parte fraca das ideias que se quer combater.

Só isso pode explicar, para não remontarmos a tempos mais remotos, que se crese como matéria de fé tudo quanto Seabra da Silva, nos três volumes de prosa massuda da *Dedução Cronológica* imputou aos Jesuítas, o que entre os liberais se propalou a respeito de D. Miguel, o que se disse de Costa Cabral e do irmão, o que foi atribuído a Fontes, as calúnias boçais atiradas como lama ao rei D. Carlos desde a época triste do *ultimatum* inglês, as violentas campanhas dos jornais e políticos dissidentes contra João Franco, os boatos propalados, desde os últimos anos do século XIX, acerca de algumas ordens religiosas, o que se escreveu em desabono dos próceres republicanos vencedores ou dos monár-

quicos vencidos, as calúnias assacadas ao nobre Presidente Arriaga ou aos políticos mais eminentes do regime republicano, finalmente esse longo sudário de acusações, tantas delas puerís, muitas outras revoltantes, todas porém candentes que para sempre poluíram o nome de alguns homens conspícuos, a tantos dos quais Portugal ficou em dívida.

O que, todavia, mais surpreende é que grande parte dessa onda de vaza viscosa foi inicialmente posta a correr por homens colocados em posição de relevo, nas cadeiras de São Bento, nas tribunas dos jornais, às vezes até do alto das cátedras, homens que não sentiram pejo de, perante um povo analfabeto, inculto e facilmente crédulo, que sempre considerou o Bacharel ser privilegiado, poço de saber, descerem à calúnia soez e, frequentemente, utilizando linguagem do mais baixo nível.

Não se passariam muitos anos sem o próprio Oliveira Martins chegar a sentir as chicotadas sibilantes do insulto, arvorado há quase dois séculos em arma de combate e argumento *ad hominem* (175ª).

Recorrendo, portanto, ao testemunho dos que escreveram de factos e acontecimentos a que assistiram ou dos quais participaram, fácil é concluir que o historiador teria, em muitos casos, de ser parcial por ignorância do valor das fontes. Em seu abono, digamos desde já, mesmo abstraindo do seu pessimismo, ele não poderia deixar de ser pessimista.

Analisando os acontecimentos desses arrastados 35 anos de lutas constantes, por vezes de grande violência, e comparando-os com a época incolor e decadente do seu tempo, o historiador sentia que ao menos se salvavam alguns homens cujo retrato traça com carinho.

Nessa análise procurou ver claro, e com a habilidade do cirurgião perito, põe o dedo na chaga do «enfermo do Ocidente». É este o segundo dos aspectos acima referidos: o do pensador. Como tal, não se limitou Oliveira Martins a relatar os factos ou os actos dos homens com a impassibilidade marmórea, por exemplo, de Fustel de Coulanges: ele via muito para além do facto em si, porque queria explicá-lo para se compreender. Daí ter procurado analisar filosoficamente, ou melhor com espírito filosófico, os actos históricos, criticando-os, embora sem apresentar o remédio para os males apontados. Tal não é, obviamente, a missão do historiador, mas do político.

(175ª) Começámos cedo a utilizar esta arma e não apenas a partir do século XIX, como poderá o leitor ter depreendido das nossas palavras, pois outra coisa não foram as célebres cantigas «d'escarnho e de maldizer» do século XIII?

No nosso século têm aparecido, aqui e além, críticos, às vezes apaixonados, da Filosofia da História, por alguns tida na conta de falsa ciência, fruto de espíritos visionários, a partir de Hegel, enquanto outros lhe negam *in limine* a categoria de ciência, pura e simplesmente, tachando-a de abstracção da própria História, presos aferradamente ao documento, na esteira do citado Fustel de Coulanges com a sua frase célebre *pas de documents, pas d'histoire*.

Não é para este lugar a discussão do tema, ainda que apaixonante. Diremos, apesar disso, que cremos bem não ser o papel da História unicamente informativo embora recorrendo aos mais fidedignos documentos, mas acima de tudo formativo, explicar para levar à compreensão e desta ao juízo. Já Cícero, há mais de 2000 anos, chamava à História *magistra vitae*.

António Sérgio, um dos mais lúcidos pensadores da primeira metade do nosso século, escreveu um dia a respeito de Oliveira Martins:

«Faltam-lhe, para ser filósofo, muito excepcionais qualidades de análise e concatenação; faltam-lhe dons de clareza crítica; mas foi sem dúvida um pensador, pela faculdade de aperceber nos factos os grandes enigmas fundamentais»⁽¹⁷⁶⁾.

E porque possuía essa preciosa faculdade, dela se aproveitou largamente, em particular no *Portugal contemporâneo*, onde procurou tirar dos factos a lição preceptiva, assim se convertendo de historiador em pensador e moralista. Se como historiador é o documento a base da obra, repetimos, como pensador procurou explicar as causas determinantes dos factos decorrentes na época abrangida no livro, tomando este assim o carácter de verdadeiro curso de Filosofia da História do Liberalismo na sua primeira fase. E um século passado sobre a 1.^a edição a sua lição continua válida.

Após ter relatado os acontecimentos ocorridos nos dois primeiros anos da vigência da Carta Constitucional, «boceta de Pandora, cujo portador foi Stuart»⁽¹⁷⁷⁾, como o «dom» do Imperador do Brasil era incompreensível para a nação em peso, como todo o povo suspirava pelo Infante exilado, símbolo de todas as virtudes e defeitos da «raça», o escritor começou a explicar as causas motoras da desorganização interna e da profunda decadência a que o país chegara.

(176) Oliveira Martins, *Dispersos*. Tomo I. Lisboa. 1923. Pág. XXXVII.

(177) Vol. I. Pág. 39.

«O traço fundamental da sociedade portuguesa em 1826 é a sua extrema penúria; e para sair dessa miséria, os jacobinos de 20 tinham apelado para a liberdade, contra a nação em peso que, esperando tudo da religião e da monarquia, aplaudiu a reacção vencedora em 1823-5. Revestiu essa reacção de um carácter demagógico-apostólico, respondendo à impiedade com o fanatismo, eis o plano que a bonomia mansa de D. João VI pôde impedir; eis o que, depois da morte do rei, Canning desejava evitar, e, com ele, os homens prudentes, os hábeis, e uma parte da burguesia portuguesa. Veio então a CARTA acordar os princípios esquecidos e opô-los outra vez aos ardentes princípios do sentimento histórico, contra o qual não havia força capaz de medir-se» (178).

A sua visão do tempo era francamente pessimista, e ao Portugal «apostólico» via-o como um enfermo, o «enfermo do Ocidente» (179), cheio de vícios e de mazelas frutos de uma educação histórica defeituosa, de que culpa os Jesuítas. O modo como pinta essa época curiosa, imediatamente anterior à guerra civil, demonstra por si só a sua imparcialidade, ilibando-o do apodo de «miguelista» com que certos críticos receberam a obra.

Esses defeitos históricos da educação do povo português, desde a nobreza até à parte ínfima da população, uma vaidade ostentosa acompanhada de orgulho inchado e violento, uma crença animista e cega nos Santos, muito longe do Cristianismo mais puro, uma grossaria a roçar pela boçalidade mais soez, uma indolência perante o afundar da nação no marasmo, tudo isto conjugado não podia deixar de produzir esse tumor que a guerra civil iria fazer supurar.

O acto de D. Miguel aceitando a coroa quando os liberais esperavam que ele se limitasse a exercer as funções de regente na menoridade da sobrinha, esse acto não merece ao pensador as palavras candentes com que outros historiadores o cominaram. Recebido em Lisboa com delírio revelador de uma violência precursora dos futuros desmandos, o Infante, rapaz novo, ambicioso, aceitou essas manifestações de idolatria e, depois, a coroa que lhe ofereceram, deixando-se levar por essa onda extravazante a traduzir o ódio do povo pela Carta e pelas ideias nela corporizadas. Fez-se uma revolução *à rebours* da que em 1820 Fernandes Tomás e os seus juristas haviam feito. E como

(178) Pág. 57.

(179) Pág. 56.

se tornava «indispensável dar à revolução um carácter de legitimidade», apoiavam-na o povo e os juristas. E para o historiador a legitimidade do Infante estava «na unanimidade com que era aclamado»: era «a legitimidade do Mestre d'Avis» ⁽¹⁸⁰⁾.

Depois de se referir ao caso lamentável da Junta do Porto, às misérias e vergonhas da *belfastada* e à dolorosa epopeia da retirada dos vencidos para a Galiza sob o comando do heróico Sá Nogueira, pergunta o autor:

«Agora, terminado o episódio da JUNTA, é dever nosso perguntar, com a mão na consciência: era ou não era, D. Miguel, aclamado na Ajuda, rei *legítimo* de Portugal?» ⁽¹⁸¹⁾.

Quando após esses seis anos de agonia, ao fim de uma luta violentíssima (1832-1834), com o país ao sabor dos ventos que sopravam ora de Viena de Áustria, ora de Paris, ora de Londres, a decomposição interna, mais do que as armas de D. Pedro, venceu D. Miguel I e atirou-o para o exílio, caindo enfim o Estado nas mãos dos liberais. Mas a nova situação, longe de corrigir os males históricos, não fez senão agravá-los.

«Qualquer que seja o valor próprio das teorias elas jamais podem transformar o temperamento de um povo: esse temperamento que vem da natureza e da história. E é incontestável que uma e outra faziam de Portugal, na primeira metade do século, um exemplo singular de desordem moral. De um lado vemos o caruncho das velhas instituições e o delírio de uma crise de fanatismo religioso, do lado oposto vemos as podridões do egoísmo e os defeitos próprios de aventureiros. Estes factos são porém independentes do valor em si das doutrinas que cada metade da nação defendia ou pregava» ⁽¹⁸²⁾.

Mas que ideias eram essas? Quem as preconizava?

«De toda a gente que seguia D. Pedro, só Mousinho tinha propriamente ideias: as ideias da escola que, vingando pela Europa, consolidaram entre nós a legislação. (...) Que ideias eram essas?

⁽¹⁸⁰⁾ Pág. 94.

⁽¹⁸¹⁾ Pág. 125.

⁽¹⁸²⁾ Pág. 429.

Eram as da soberania do Indivíduo, da negação formal da Sociedade como coisa organicamente real. Eram as da individualização de toda a propriedade e da liberdade de toda a concorrência. Eram as da negação da autoridade, as da Anarquia; porque só no foro do indivíduo se diz haver capacidade real e direitos positivos» (183).

Resultou, porém, algum bem ao velho corpo histórico português da aplicação dessas doutrinas novas? Não, porque para se conquistar o direito

«de intervir no debate dos negócios públicos, não era mister apelar para uma doutrina nova, porque bastava recorrer à tradição histórica. Nem se diga que as formas de representação antiga eram caducas, pois a tradição não impedia que se reformassem sem se sair dela. Assim aconteceu em nossos dias a toda a Alemanha e assim sucedeu e está sucedendo à Inglaterra» (184).

A Oliveira Martins parecia erro dizer «que a antiga ideia do Estado coartava a liberdade do trabalho» pois «só a coartavam os abusos e as instituições caducas que lhe pervertiam a essência».

Outro absurdo consistia em acusar o Estado de paralisar o fomento da riqueza, «quando olhamos para a opulência que as monarquias deram a muitas nações, sem excluir a nossa» (185). É certo que «no estado a que as coisas tinham chegado, nem já a opinião sancionava os privilégios aristocráticos, nem já de facto a aristocracia correspondia à sua genuína expressão: *aristoi*, os melhores».

Concordava com tal acusação, mas perguntava:

«Franquear de par em par as portas de tudo a todos, como o fez a lei nova, seria porém a melhor solução? Tornar o concurso, à chinesa, o único metro da capacidade será o melhor método? A avaliação da capacidade intelectual obtém-se (demos que se obtenha), mas obter-se-á a avaliação de métodos correlativos, indispensáveis, de carácter, de educação moral, de dignidade? A concorrência franca de todos a tudo, apenas regulari-

(183) *Loc. cit.*

(184) Pág. 429.

(185) Pág. 430.

zado pelo concurso, não deixará de parte tantos valores necessários para apreciar só o intelectual? E ignorará alguém que a subalternização do *carácter* vem com o tempo a influir na própria inteligência de uma nação?» (186).

Em conclusão, parecia-lhe ser «necessária a reforma das velhas instituições aristocráticas», mas não aplaudir «a lei nova que, derrubando tudo, fez do concurso um mito absoluto e único da capacidade» (187).

Atendendo, porém, «a gravidade das reformas necessárias e a oposição delirante que os retrógrados lhe faziam», os espíritos foram forçados a admitir espontaneamente a necessidade de «deitar tudo abaixo» e assim, «renegar o sistema, e divorciar-se de uma história condenada». Uma opinião destas «arraigada por motivos não científicos, é condenada por toda a ciência, a qual nega a suposta passividade do corpo social», comentando seguidamente: «Não se ataca impunemente o viver de um organismo: quando isso se faz, produzem-se mortes ou monstros, animais e sociais» (188).

Daqui a pulverização de «todo o domínio colectivo histórico», levada a cabo por Mousinho da Silveira, da qual resultou

«a utilidade prática, o materialismo grosseiro, o governo desafiado da agiotagem sedenta de ouro: a Anarquia económica, da qual, como das batalhas resultam cadáveres, nascia o pauperismo moderno, e, como das guerras nascem tiranos, nascia a plutocracia que veio a governar a Europa» (190).

O liberalismo geométrico pôs termo aos Três Estados representativos da nação «e eram, com a Monarquia, o Estado». O Liberalismo não condenava o princípio da representação. Atacando, porém, a divisão social por classes e considerando a sociedade, não um organismo vivo, mas um agregado de indivíduos, «a representação nacional não podia consistir mais na delegação dos municípios, das corporações, dos estabelecimentos. Outra matéria havia a representar, outras formas a seguir» (191).

(186) Pág. 431.

(187) *Loc. cit.*

(188) Pág. 433.

(189) Pág. 435.

(190) Pág. 436.

(191) Pág. 437.

A inteligência é pervertida pelo absolutismo das doutrinas.

«O governo da liberdade ficou sendo a tirania das maiorias; e como a maioria é por via de regra ignara, nem a eleição dava pensamento nenhum, por ser apenas a máquina movida pelos ambiciosos, o realejo que toca a mesma ária aclamadora a todos os que lhe movem a manivela. Feitas a tiro, ou a cacete, ou a dinheiro, ou a empregos, as eleições liberais individualistas são o sofisma da representação; não por vício dos homens, embora os homens sejam viciosos, mas por essência do errado princípio que os dirige. Só quando outra vez se compreender (e agora conscientemente) que a sociedade é um corpo vivo, e não um agregado de indivíduos: só então tornará a haver representação verdadeira e ordem na democracia» (192).

Foram, de certo modo, proféticas estas palavras, não sendo, porém, originais ao tempo. Está o leitor a ver na sua essência o pensamento do escritor que preconizava a constituição orgânica das assembleias representativas, ideia, aliás, exposta antes n'*As Eleições*. É esse pensamento, já estruturado, que, depois de apurado, de etapa em etapa, empurrará o escritor para a Política e virá a fazer dele o precursor, entre nós, das correntes políticas autoritárias do nosso século e do fortalecimento do Poder real, que, vinte e cinco anos mais tarde, o seu futuro amigo João Franco, desajeitadamente e entre vendavais, tentará firmar.

Se um dia se declarou displicentemente «republicano teórico», nunca foi Oliveira Martins um democrata na acepção tomada pelo termo no decurso dos últimos 150 anos, porque todo o democrata, consciente e não sentimental, se supõe por essência um liberal, e o historiador, ao contrário do seu amigo Antero de Quental, não o era nem nunca o foi, condenando o Liberalismo *in limine*, sempre que a questão lhe aflorava ao bico da pena, mas, acima de tudo, na obra que temos estado a comentar, entendia que convinha aqui, «para clareza» expor todo o seu pensamento.

Entendia ser ocioso perguntar «se a revolução de 34 foi boa ou má, porque na ordem dos movimentos históricos não há para o filósofo bondade ou maldade: não há moral, há necessidade». Ilusões, erros, crimes, tudo isso, uma vez considerado moral ou esteticamente, parecia necessário quando relacionado «no encadeamento fatal das causas e efeitos».

(192) *Loc. cit.*

«Se nos perguntarem — continua — se era indispensável uma revolução radical para implantar a CARTA; se nos perguntarem se era possível reformar as instituições nacionais sem revolução, responderemos: o que foi tinha de ser. Porquê? por necessidade própria da coisa em si? Não; isso de forma nenhuma. Tinha de ser, pelo nosso temperamento de latinos; tinha de ser também pelo miserável estado de abatimento da pátria portuguesa. Noutras terras, com outra gente, havendo melhor sangue, mais juízo e maior critério, as coisas antigas reformavam-se sem se destruírem: assim vai acontecendo na Europa germânica. E como esse processo exclui a idolatria liberal e as quimeras dissolventes do individualismo radical, o facto de não haver revolução é uma causa de progresso mais segura. Neste sentido, pois, devemos lamentar, nós os não-individualistas, que a reforma em Portugal tivesse exigido uma derrocada; devemos lamentá-lo duplamente, como documento da miséria anterior e como causa das desgraças da desordem, da vileza, da mesquizez, da história posterior que nos falta ainda contar».

E mais adiante:

«Singular sistema que, depois de vinte anos de interrupções violentas, de violações constantes, assenta, afinal, quando os caracteres caem, quando os nervos afrouxam, quando o materialismo impera, e com ele a indiferença ressona satisfeita com quaisquer fórmulas! A sua história não podia ser outra. Anarquia em princípio, falhou, enquanto foi mister força no Estado. Só veio a servir, quando no governo bastaram a astúcia para intrigar, a habilidade para torcer, o descaro para comprar, e no povo dominou a exclusiva ocupação do semear, colher, enceleirar» (193).

Não se limitou Oliveira Martins a este ataque em forma ao Liberalismo, do qual os mentores contra-revolucionários tantas vezes se serviram como corolário das suas teses, porque foi ainda mais longe. No cap. IV do Livro VI, ao estudar as «questões constitucionais» pendentes no seu tempo, confundindo os princípios liberais com tantos dos homens que se diziam seus propugnadores, e quiçá no pressentimento das amarguras que lhe estavam reservadas, quando, poucos anos depois, ele próprio se sentiu atraído pela voragem, escreveu:

(193) Págs. 439 e 440.

«Pecos frutos de uma árvore contaminada, se dão um passo caem. Um dos fenómenos curiosos em Portugal é o devorar dos homens pelo governo. Hoje sobem, amanhã somem-se, corridos, desprezados. Porquê? porque a árvore, seca, apenas tem vida para reconhecer o seu definhar, para desprezar os que o seu pedantismo ingênuo, mais ainda do que na sua corrupção, sucessivamente se lhe seguram aos ramos» (194).

E mais:

«Sob o nome de democracia existe apenas uma anarquia, constitucional, sim, quando atravessamos calmarias políticas, mas se desenfreia logo que se levanta o mínimo temporal. E a liberdade consiste em uma consciência franca, da qual sai o conseqüente feudalismo-bancário, industrial democrático» (195).

A essa democracia faltava-lhe uma força aglutinadora e coordenadora, cúpula sem a qual só haveria desagregação e desordem no Estado.

«Ora enquanto a nação prescindir de cérebro, isto é, de Estado, manter-se-á acéfala; enquanto o Estado não tiver como pensamento a Igualdade, ou enquanto, mantendo-se uma ficção de poder, se obedecer de facto às ordens dos patronos das várias clientelas políticas, bancárias, industriais; enquanto esses novos barões fizerem de povo: a Democracia será uma quimera, por isso mesmo que a nação demonstrará não ter capacidade para ser senão o que é. À sombra de uma liberdade, sempre crescente, dia a dia com o crescer da riqueza, irá crescendo a cisão dos pobres e dos ricos, em virtude dessa lei simples que dá a vitória a quem mais pode» (196).

Páginas antes, ao historiar a vária fortuna do Partido Histórico — esse mesmo partido que, fusionado com o Partido Reformista, seria o progenitor do Partido Progressista a que Oliveira Martins entusiasmaticamente aderirá a pouco mais de 4 anos — escreve, com profunda melancolia:

(194) Vol. II. Pág. 408.

(195) Pág. 412.

(196) *Loc. cit.*

«Confrange, é verdade! entristece o lembrarmo-nos da soma de rectidão, de lealdade, de quase heroísmo gastos por nossos pais em levantar um edifício aéreo que nem sequer lhes foi lícito deixarem de ir vendo cair, pedaço a pedaço, hora a hora, até à final subversão no riso céptico, regenerador» (197).

Eis muito forçosamente pela rama o pensamento de Oliveira Martins acerca do liberalismo português, que, como mais tarde o republicano, vogaria sempre inacessível às masas incultas — *et pour cause!* — e ele identificava erradamente com os homens que o serviam, esquecido de que as ideias básicas do Liberalismo tinham séculos de existência e os males do país não tiveram origem em 1820, mas vinham do fundo dos tempos, agravados ainda por factos diversos: decadência da Europa feudal, advento da Burguesia e do Capitalismo, descobrimentos marítimos, sangria provocada pelas conquistas, perda da independência, a esgotante guerra da Restauração, absolutismo de D. João V e de D. José, decadência acentuada nos fins do século XVIII, logo seguida pelo colapso causado pelas invasões francesas.

Não pode, portanto, causar surpresa que o pessimismo do escritor o levasse a ver o Liberalismo através de prisma tão negro, visão que, já na mocidade, lhe valera os remoques de Herculano, «liberdadeiro impenitente», a cuja memória Oliveira Martins ergue comovido hino nestas mesmas páginas desoladoras do *Portugal contemporâneo* (198). E as suas palavras têm sido mais uma vez aproveitadas pelos teóricos da Monarquia integral, que o elevaram a «Mestre da Contra-Revolução» à imitação do que em França fizeram os responsáveis da *Action Française* com autores de tendência ou de ideias absolutamente antagónicas da Monarquia (199). E embora nesta obra poucas páginas sejam aquelas onde não surja qualquer remoque à doutrina liberal ou ataque directo aos princípios liberais, erraria o leitor desprevenido se os supusesse apologia do Antigo Regime e o autor um seguidor das doutrinas de Bonald ou de Xavier de Maistre, precursor, portanto, de Charles Maurras.

Sem renegar as suas ideias nem as suas convicções, o próprio Oliveira Martins vai, dentro de breves anos, colaborar com um partido liberal, precisamente o herdeiro da facção avançada que, com

(197) Pág. 358.

(198) Vol. II. Págs. 283-327.

(199) Tal critério não abona a sinceridade dos citantes, sabendo-se como, correntemente, um período, ou simples frase, extratado sem o seu contexto pode interpretar-se por formas diversas.

Manuel da Silva Passos, subira ao Poder pela primeira vez em 1836. Apesar de tudo, por muito que tal nos surpreenda, ele *ainda* punha esperanças no Liberalismo, esquecido já, talvez, dos homens de quem tanto desconfiava.

Pelos excertos apresentados, vê-se que o escritor não só procurou estudar os factos históricos dum ponto de vista filosófico, mas também pragmático, porque tirou dos corolários ensinamentos e preceitos aplicáveis às circunstâncias. Alguns exemplos, e dos que se nos afiguram mais expressivos, e justificarão a asserção.

Mousinho da Silveira

«dava pouco pelas ideias partidárias, porque sabia como são vãs, a política e suas agitações tontas, e só fecundas as reformas que modificam o viver positivo dos homens» (200).

A atitude de D. Maria II ao assinar o decreto que em 1836 revogava a Carta e restaurava a Constituição de 1822, mereceu-lhe simpatia pela energia demonstrada pela soberana, comentando logo a seguir:

«Deplorável condição de um sistema que exige dos reis a falta de brio, nos conflitos da coroa com o povo, ou a indiferença céptica pelos debates das questões do povo sob que lhes diz reinarem! Deplorável ideia a que obriga a clamar na presidência de uma nação a fraqueza, a indolência, a indiferença!» (201).

Passos Manuel, por ocasião da *Belemzada*, dirige-se à Rainha com toda a sinceridade, aconselhando-a a pôr-se ao lado do povo. E logo o historiador ironiza:

«Era um doido, varrido, *poeta*. Pôr os pontos nos ii, falar com sinceridade em política! É uma audácia!» (202).

Palavras suas proféticas, que já não recordaria por certo ao entrar na Política e procurar ser sincero.

Na sessão de 1837, Passos Manuel, defendendo a política do seu consulado e os actos dos seus colaboradores, dissera que então não houvera «só liberdade de imprensa, houve licença, houve desaforo».

(200) Vol. I. Pág. 402.

(201) Vol. II. Pág. 71.

(202) Pág. 81. Ele próprio, O. Martins, faria o mesmo poucos anos depois ao lançar a *Vida Nova*.

E Oliveira Martins comenta, bastante sofisticadamente:

«Liberdade e licença! Liberdade e desaforo! Mas que linha as divide ou qual é o critério que as distingue? Ah! eis aí onde a doutrina naufraga, assim que a põem a navegar no barco de uma constituição. Uns pilotos caçam logo as velas e bolinam; outros metem de capa; outros dão a popa ao vento e correm desarvorados aclamando o temporal da anarquia que os leva... onde? Contra uma pedra a despedaçarem-se» (203).

E quando conta as amarguras e desilusões de Passos Manuel ao ver por terra a Constituição de 1838 e Costa Cabral a tripudiar no Poder com toda a sua atrábilis, tem o historiador este desabafo:

«É muito doloroso e difícil de confessar que a nossa opinião foi um sonho, uma quimera, ou um erro; mas, quando se tem a sinceridade própria das grandes almas, essa confissão vem do pensamento aos lábios e faz-se» (204).

Costa Cabral, onnipotente depois da guerra civil que provocara e o derrubou sem o abater, é acusado dos mais graves delitos na sessão de 49. Talvez por um impulso de pudor, nele inédito, o Conde de Tomar tem a fraqueza de responder aos seus acusadores, justificando-se.

Logo o historiador moraliza:

«As explicações podem satisfazer, mas com o ódio, com as paixões, não se debate. Seria mister que ao período dos sarcasmos se seguisse uma destas provas teatrais, dramáticas, capazes de impressionar a imaginação embora não convençam a razão fria que é sempre o lote do menor número» (205).

Também o historiador olvidará estas palavras, quando na sessão de 1893 pedir a palavra para, durante dois dias, dar as suas explicações, sem utilizar os «sarcasmos» nem fazer seguir estes de «provas teatrais, dramáticas, capazes de impressionar a imaginação»...

(203) Pág. 92.

(204) Pág. 113.

(205) Pág. 278.

D. Pedro V morrera, passara meteoricamente, desaparecera, deixando atrás de si a tradição romântica da sua bondade, da sua inteligência viva, do seu amor ao povo e à justiça. Subira D. Luís ao Trono, e nessa corte,

«onde reinara o misticismo devoto, reinava agora catolicamente ao lado do monarca, por esposa, a filha do rei excomungado da Itália: sempre fieis à religião! Num sistema de fórmulas, mais do que nunca vazias da realidade, liberalismo, catolicismo, que são? Hipocrisias inconscientes de quem não tem na alma a força, nem na mente a capacidade de conceber e defender ideias. Velhos bordões retóricos, políticos, ou como escoras de madeira carunchosa, pintada para iludir, aguentando o edifício desconjuntado» (206).

Resta agora falar do artista, a entrar na fase de mais brilhantismo da sua arte, que culminará em breve com a já referida *História da República Romana*. Num estudo célebre que, anos mais tarde, o moço Moniz Barreto irá publicar e ao qual nos temos já referido, o malogrado crítico disse que «a peça mestra da inteligência do sr. Oliveira Martins é a imaginação psicológica», definindo esta como «o dom de ver e descrever interiores da alma» (207).

De facto, no historiador é essa intuição que o levava a penetrar nos recessos mais íntimos de uma alma e a pô-la a nú diante do leitor, é essa qualidade, rara em tantos romancistas, que Oliveira Martins possuía e o distingue entre os mais brilhantes escritores do século passado, quando Portugal teve o condão de contar uma plêiade admirável de homens de letras que resgataram, até com os seus erros, as faltas e as culpas dum povo descido tão baixo nessa época.

Já em trabalhos anteriores — *O Helenismo*, a *História da Civilização Ibérica*, a *História de Portugal*, *n'O Brasil e as Colónias* e até nos *Elementos de Antropologia* — ele nos deixara ensaios breves, mas admiráveis, de psicologia aplicada ao estudar o pensamento dos Gregos, os perfis de Inácio de Loiola, de Camões, de D. Afonso Henriques, de D. Pedro I, de D. João VI, como já salientámos (208) e até

(206) Pág. 402.

(207) *Ensaio de Crítica*. Lisboa. 1941. Pág. 121.

(208) Num raptó de entusiasmo, Camilo — que não era pródigo em elogios desta espécie — escreveu ao autor: «Já li quatro vezes a descrição de D. João VI física e moral. Soberba coisa!» (Carta s. d. publicada no *Portugal contemporâneo*. Vol. II. Pág. 461).

uma surpreendente tentativa, romanesca embora, de reconstituição da psicologia embrionária do homem primitivo nos *Elementos*.

Mas no *Portugal contemporâneo* essa galeria de retratos atinge a perfeição formal, com o que o artista, senhor já duma técnica segura, nos irá dando até à sua morte alguns retratos psicológicos de grande beleza e visão a culminar nas biografias da sua última fase.

Homem feito por si mesmo, obra do seu próprio esforço, filho espiritual da sua vontade, não pode causar admiração que as suas simpatias se inclinassem, tocadas talvez de leve influência do Carlyle de *On Heroes and Heroship*, para os indivíduos capazes de, pelo poder forte duma vontade, se sobrepõem às próprias forças da Natureza e às leis gerais que regem os agregados humanos.

Viu-se já como ele considerava Portugal fruto da vontade dos seus chefes, como sabemos também que explicava a passagem do homem do estado animalesco ao selvagem e deste ao civilizado tão-somente pela força do «querer».

Compreende-se, pois, que nas suas obras sobrelevem a tudo o mais os indivíduos que explicam os acontecimentos, como se quase sempre não fossem estes que os alçassem ao primeiro plano. As preferências do escritor fazem-se sentir fortemente pelos homens dotados de vontade forte, capazes de tudo e todos submeterem ao domínio do seu querer. Daí a razão por que no *Portugal contemporâneo* não consegue velar convenientemente uma mal contida admiração por Costa Cabral, o rude beirão plebeu que, por momentos, conseguiu fazer frente ao país inteiro e, depois, enfrentar todo um Parlamento enraivecido, como também os não esconde pela voluntariosa Rainha, «nobre senhora tão cheia de carácter e vontade»⁽²⁰⁹⁾. São os caracteres voluntariosos, capazes de arrostarem com as tempestades mais violentas, quem figura no primeiro plano das suas obras, em particular naquela a que nos estamos a referir.

Mas não são apenas esses. Os grandes exemplos morais, os homens dotados da mais nobre isenção, do idealismo mais puro, os iluminados pela luz interior dum grande ideal religioso ou político, esses são também objecto de amoroso estudo, comprazendo-se o nosso autor em descrever-lhes uma a uma as fibras da alma, Freud *avant la lettre*, para o leitor ver como era feita por dentro a de um reformador religioso ou de um político idealista. Quando chega a ocasião, também aparecem os oportunistas da Política, as almas complicadas dos Talleyrands para uso caseiro, que pulularam no século passado e cujo

(209) Vol. II. Pág. 7.

cinismo copiava talqualmente o do cínico diplomata do Império e da Restauração.

Há, assim, nesta obra retratos traçados com vigor admirável, ora com a exuberância de tintas dum Rubens, sem fazer esconder as almas no colorido gritante das carnações ou das roupagens, ora com o fino traçado académico de um Ingres ou de um David, linhas sóbrias e correctas de feição clássica, ora esse claro-escuro à Rembrandt — ou à Ribera, para realçar vigorosamente os contrastes entre a luz e a sombra. São figuras de reis — D. Miguel, D. Pedro IV, D. Maria II, D. Fernando de Coburgo, D. Pedro V; figuras de políticos — Palmela, Mousinho, Passos Manuel, Costa Cabral, José Passos, Rodrigo da Fonseca, Fontes Pereira de Melo; figuras de militares — Saldanha, Carlos Napier, Sá da Bandeira; de escritores, como Alexandre Herculano.

Se o retrato psicológico do grande historiador é, em certos passos, levemente tendencioso, nem por isso deixa de ser página magnífica, obra-prima, em que pinta esse homem austero, a quem chamava seu mestre, cuja morte chorou comovidamente. Tal retrato, que sobressai extraordinariamente nesta admirável galeria *degli Uffizi*, só virá a ser excedido pelos que, anos depois, fará dos Infantes D. Pedro, de D. Henrique e de Nun'Álvares.

Como artista é Oliveira Martins ainda inexcedível na pintura dos quadros disseminados ao longo destas 800 páginas densas de ideias e de ensinamentos, todas tendentes à meditação. Um deles, talvez o mais impressionante, é o desse sombrio capítulo «As forcas», descrição da horrenda procissão dos pobres condenados à forca no Porto após o malogro da revolta de 1828.

Deu o historiador prova de grande coragem moral publicando o seu livro quando já se erguiam os Republicanos, que haviam ido beber as suas ideias à revolução de 1820 e dos quais muitos eram filhos de antigos soldados de D. Pedro IV e se tinham batido na *Patuleia*. A obra assume o carácter de um cautério aplicado ao regime vigente, explicando-se assim a razão dos protestos e das críticas, nem todas pertinentes, nem todas de forma correcta e compreensiva.

Fazer a história duma época quando ainda viviam alguns que haviam ocupado situações de relevo dentro do *establishment*, e cujos filhos e parentes haviam herdado os preconceitos correntes contra o Antigo Regime, era, na verdade, dar prova de coragem, que a paixão política de tantos ou a incultura de outros mais nunca poderia analisar a frio para descobrir o fio do pensamento do historiador. Serão esses quem, anos depois, mais violentamente se lançarão ao ataque

descabelado a Oliveira Martins acusando-o de «renegado» e de «transfuga» e o enlamearão.

Entre a críticas ao *Portugal contemporâneo* destaca-se a de J. J. Rodrigues de Freitas, republicano consciente e amigo do historiador, um dos poucos que não o acusarão quando ele se filiar num partido monárquico. Essa crítica, equilibrada e serena, é feita em forma de carta com o título de *O Portugal contemporâneo do sr. Oliveira Martins*, começando por dizer que não tinha o propósito «de forçá-lo a moderar aquela melancolia» da qual o próprio escritor «com sobrada razão diz que é dominante no seu livro». Faz seguidamente a crítica de várias passagens da obra, chamando a atenção do autor para deslizes, erros e equívocos de interpretação e termina por desejar que a juventude portuguesa corrigisse «com a leitura da *História da Civilização Ibérica* as impressões que lhe deixar o *Portugal contemporâneo*».

O Brasil e as colónias portuguesas é simultaneamente livro de história e de economia colonial, pelas lições ministradas e pelas conclusões que tira da actuação dos Portugueses no passado.

O livro I constitui o estudo da «Formação das colónias na África e América», desde o início da expansão henriquina até meados do século XVIII. Com um desenvolvimento que a *História de Portugal* não comportava, descreve como se encontraram as ilhas do Atlântico e como se fez a sua ocupação. Ao descrever a organização dos domínios portugueses do Ultramar, realça a acção de D. João III, por cuja obra nutria admiração e cuja política defende com veemência como já fizera na *História da Civilização Ibérica*. Chamando-lhe «o fundador da colonização portuguesa nos continentes ultramarinos»⁽²¹⁰⁾, recorda «a grande dívida da nação ao primeiro governo que nos abriu as portas da América» e ao rei que, «sem se deixar ensandecer com o esplendor cartaginês do império oriental, se consumiu em vão a buscar organizá-lo, moralizá-lo, empregando-se ao mesmo tempo a fundar, nos sertões americanos, um novo Portugal — nossa honra histórica, e, portanto, tempo e amparo da nossa existência europeia»⁽²¹¹⁾.

No capítulo «A exploração dos sertões» relata a busca das minas,

⁽²¹⁰⁾ *O Brasil e as colónias portuguesas*. 5.^a ed., aumentad.: Lisboa. 1920. Pág. 7.

⁽²¹¹⁾ Pág. 15. Noutro lugar referir-se-á a «esse rei (D. João III), com quem a história moderna tem sido atrozmente injusta e cujo governo foi incomparavelmente mais lúcido e forte do que o do Venturoso» (*Camões, Os Lusí. das e a Renascença em Portugal*. Pág. 60).

reais ou imaginárias, deparando as «bandeiras» do Brasil a primeira oposição por parte dos Índios.

A respeito das missões religiosas, escreve algumas páginas sensatas, equilibradas, sem exageros laudatórios ou deprimentes, salientando o que de construtivo teve a obra colonizadora e evangelizadora dos Jesuítas inegavelmente os primeiros missionários do seu tempo. Demorando-se na pormenorização dos processos dos Inacianos para civilizarem os Índios americanos, destaca como eles deslumbravam «os selvagens com os esplendores do culto católico, explorando habitualmente a conhecida acção da música sobre toda a casta de animais» ⁽²¹²⁾.

Oliveira Martins partilhava já das ideias de alguns antropólogos contemporâneos, que vêem nos selvagens seres mais próximos dos animais irracionais do que do homem, para com os quais será de aconselhar adoptar processos de *domesticação* em vez de se esforçar por lhes inculcarem princípios de civilização. Nesta obra, como em outras onde alude ao problema, Oliveira Martins considera inúteis todos os esforços para trazer o selvagem ao grémio dos civilizados, perguntando se «a soma de entusiasmo e caridade, gastos inutilmente com as raças quase-animais, se tivesse aplicado, se aplicasse, às raças verdadeiramente humanas não se teria escolhido melhor o alvo, sem se diminuir o merecimento moral do acto?» ⁽²¹³⁾.

Partilhando tais ideias, justificará ou, pelo menos, aceitará sem crítica, os actos de violenta repressão contra os indígenas, sobretudo nos fins do século XVI no sul do Brasil ⁽²¹⁴⁾.

A explicação do que o historiador chama «A crise no ultramar» constitui algumas páginas lúcidas, a fundamentar a inevitabilidade dos nossos domínios de além-mar, não vendo no domínio filipino de 1580 a 1640 «de forma alguma a causa essencial», pois «pode afirmar-se que a Índia se teria perdido, embora os Filipinos não reinassem em Espanha, assim como se pode afirmar que o Brasil se salvou *apesar* dos Braganças reinarem em Portugal» ⁽²¹⁵⁾.

O nosso progressivo enfraquecimento despertou a cobiça dos povos novos, também cubiçosos de um lugar ao sol ou um espaço

⁽²¹²⁾ Pág. 26.

⁽²¹³⁾ Pág. 146.

⁽²¹⁴⁾ «Se a protecção, o amor, a meiguice, foram sempre as principais condições de domesticação dos animais bravios, é fora de dúvida que o chicote de ferro do domador é indispensável, desde que aparece à flor da vontade a rebeldia da fera». (Ob. cit. Pág. 27).

⁽²¹⁵⁾ Pág. 35.

vital, como se tem dito no nosso tempo, daí resultando, nos meados do século XVI, os assaltos de corsários e de piratas às armadas portuguesas e espanholas, e nos fins da centúria, após a conquista de Portugal por Filipe II, desta se tirou pretexto capaz de justificar os ataques ao Brasil, a Angola e ao Oriente; «e os erros, as vilanias da nossa administração oriental abriram a porta aos ingleses, aos holandeses»⁽²¹⁶⁾.

Na longa luta empreendida no Brasil contra os soldados de Maurício de Nassau não viu Oliveira Martins apenas uma epopeia que pôs lado a lado portugueses, índios e negros a baterem-se pela expulsão dos estrangeiros, mas também um primeiro indício de germinação da semente de que, dois séculos mais tarde, brotaria a árvore da independência, pois nessa luta «os portugueses, os já brasileiros, os negros, os índios apareciam reunidos na aclamação de uma pátria nova»⁽²¹⁷⁾, ainda sentimento vago, que no Sul era já o «da realidade de uma pátria nova»⁽²¹⁸⁾.

Assim rematou o historiador o Livro I, narração histórica das vicissitudes do estabelecimento dos Portugueses no continente sul-americano.

No Livro II dá o autor a mão ao economista para descrever como sobre o tráfico dos negros, a cultura do açúcar e a exploração das minas de ouro se formaria a consciência do Brasil já nação perante a Metrópole distante.

Se, como homem, o comércio dos escravos repugnava à sua sensibilidade, como economista não partilhava dessa repugnância, vendo no facto uma necessidade imposta pelas condições climatéricas dos países que os Portugueses haviam descoberto e escolhido para aí se fixarem porque o «europeu sentia-se mal entre os trópicos», ao mesmo tempo que «a vastidão dos tesouros mineiros ou agrícolas que a natureza lhe oferecia era demasiada para o exíguo número dos colonos», assim se explicando

«a tentação de aproveitar em serviço próprio o trabalho dessas raças que, apesar da religião lhe dizer serem suas irmãs, ele via completamente inferiores e gravemente diversas. Assim nasceu também a moderna escravidão na África e na América»⁽²¹⁹⁾.

(216) *Loc. cit.*

(217) Pág. 46.

(218) Pág. 47.

(219) Pág. 50.

A escravidão, entendia o escritor, nascera de uma necessidade que se impusera aos Portugueses para poderem vencer a rudeza do clima na África e no Brasil e, simultaneamente, trazer esses primitivos à civilização do branco, entendendo, aliás, ser esta «uma das mais nobres quimeras do espírito católico no XVI século» e, no século XIX, «a repetição de um desvario igual do sentimento filantrópico».

Parecia-lhe, porém, necessário distinguir entre a escravidão, dura necessidade de ordem económica, e o esclavagismo, nascido da ânsia do lucro, que atirou tantos *outlaws* para o rendoso negócio do «pau ébano» (220). Parecia-lhe ainda que a captura de negros para os levar à América não era «um crime como se pretende (...) apesar da crueldade da fereza dessa espécie de comércio». Ferozes haviam sido os morticínios causados na Península Ibérica pelos Romanos, mas foi esse «duro preço por que ela pôde entrar no grémio dos povos de civilização latina». Portanto, também a escravidão dos negros «foi o duro preço da exploração da América, porque, sem ela, o Brasil não se teria tornado no que vemos», sabido como não se podia contar no século XVI com o trabalho do índio; por isso, «observando a história colonial portuguesa, aplaudimos a exploração do Brasil com os negros, já que não o podia ser com os indígenas», lamentando «que Portugal não tivesse bastante energia e braços suficientes para fundar na África um regime feudal, reduzindo as populações a um estado de adscrição à gleba, lançando os fundamentos de uma sociedade aristocrática».

Perante a acusação levantada no século passado contra os Portugueses de terem inventado a escravatura, ou antes «o odioso tráfico», Oliveira Martins repudia-a dizendo que «sem os negros o Brasil não teria existido; e sem escravos nação alguma começou», logo atirando o remoque a outros povos que, «a nosso exemplo, foram buscar negros ao armazém da África para lavrarem as suas colónias americanas», depois do que repele a acusação, porque escravos sempre os houve e sempre se venderam, «porque o próprio da escravidão é tornar o homem um objecto venal» (221).

É de causar surpresa e até estranheza que um teórico do Socialismo pudesse ter defendido ideias tão antagónicas do espírito do seu século, que, desde o advento do Romantismo, abrira de par-em-par as portas à filantropia, levado pela acção persistente do apostolado

(220) Pág. 51.

(221) Págs. 51-54.

de Wilberforce. Nem num regime socialista poderia admitir-se, mesmo em teoria, a existência de escravos.

Oliveira Martins, porém, é simultaneamente, um economista utilitário, a despeito dos remos endereçados ao Utilitarismo em muitas das suas obras, foi à luz desse utilitarismo que pôde escrever as páginas antes referidas e revelam os seus erros de visão perante a escravatura, a cujos vícios económicos — já que está fora de discussão o seu carácter moral — parece ter sido inacessível à sua inteligência.

Após ter feito a história económico-social do Brasil até à chegada do Príncipe Regente ao Rio de Janeiro, e antes de prosseguir historiando os factos que conduziram à independência e dos que se lhes seguiram, relata as misérias da administração portuguesa das colónias africanas pondo-a em paralelo com o governo do Brasil, cuja prosperidade era, em grande parte, a causa do atraso dos domínios portugueses na África. Todavia, a prosperidade então já disfrutada em Angola devia-se precisamente àquilo que também contribuía para o desenvolvimento da colónia brasileira: o comércio dos escravos.

Inicia no Livro III a história do Império do Brasil com a independência, tema que, atendendo à finalidade inicial da obra, se nos afigura deslocado por ultrapassar já o âmbito da história do Portugal ultramarino. No cap. I repete, com mais desenvolvimento o que já escrevera na *História de Portugal*, salientando como a abertura dos portos brasileiros ao comércio europeu deu oportunidade aos Ingleses para inundarem o Brasil «com as suas mercadorias, expulsando as nacionais». Despertara entusiasmo «a chegada do mandarinato português» e «os brasileiros, no pasmo natural diante da frandulagem aparatosa da corte, embriagaram-se, acreditando-se elevados a grandes alturas».

Mas «os mandarins que sugavam Portugal, apenas sabiam devorar também o Brasil (...) e via-se agora que portugueses e brasileiros eram ambos vítimas de uma família de roedores dourados e fardados». Por isso, os Brasileiros, «com a educação forte e natural do trabalho, começaram a perceber que não podia representá-los nem dirigi-los esse mandarinato português; e que nada havia de comum entre eles e a corte». Daí que logo em 1817 «a desordem, a imoralidade, a baixeza, a dissipação da corte; a venalidade dos mandarins, a subserviência aos ingleses, e por fim a empresa do Uruguay» fizeram «rebentar um protesto antigo, para abafar o qual já em vão se declarara reino o Brasil (1815), unido a Portugal, que ficava nas condições de um senhorio brigantino na Europa» ⁽²²²⁾.

(222) Pág. 103.

A expulsão da Corte preparava-a o centro do Brasil, onde se elaborava «com vagar mas com firmeza» a revolução, e quem ali pontificava, «explorando a ambição de D. Pedro e a temerária nobreza do seu carácter», era José Bonifácio, o *patriarca* da Independência. Em duas ou três páginas brilhantes, coloridas e nervosas, pinta Oliveira Martins a José Bonifácio e à sua carreira tão diferente dos Bolívares, dos San Martín, os caudilhos da independência das antigas colónias espanholas. Nas suas mãos, a revolução brasileira tomou «uma direcção diversa da que teria tomado, se caminhasse às ordens de algum genuíno representante do antigo espírito paulista». Não sendo soldado, mas estadista e «mais hábil que audaz, mais forte do que ambicioso», ele «viu na ambição inquieta de D. Pedro, a quem a glória de Bolívar seduzia, um belo instrumento para levar a cabo a empresa da independência nacional», desta forma poupando ao Brasil as «sangrentas crises em que a espada dos condottieri lançava as ex-colónias espanholas» (223).

Ao retrato de Bonifácio, segue-se o de D. Pedro, «espécie de D. Miguel ao avesso», depois completado no *Portugal contemporâneo*:

«Títere coroado nas mãos de Andrade, D. Pedro, arrogante, apaixonado, temerário, caprichoso, solto de costumes, violento, colérico, despótico por temperamento, por sangue, e por educação, não tinha a força que faz os imperadores, nem a inteligência que dirige os estadistas (...) Rebatendo, dominando, sufocando, as revoltas republicanas ou portuguesas, D. Pedro era o instrumento da consolidação de um Estado, cuja independência dinástica, se lhe dava uma coroa imperial, o condenava a resignar a coroa portuguesa» (224).

Apresentados os protagonistas, segue-se a representação do drama resumido em duas páginas por não ser o seu escopo fazer propriamente história mas apenas apresentar esse conspecto geral da terra brasílica, das perspectivas que se lhe ofereciam ao separar-se da mãe-pátria, e do desenvolvimento da sua riqueza. O cap. IV, acerca dos indígenas, a abrir com uma longa transcrição da carta célebre de Pero Vaz de Caminha, faz recordar o volume d'*As Raças humanas*, a sair poucos meses depois. E as suas considerações a respeito da imigração africana e artística no Brasil têm ainda hoje actualidade, tornada de grande ansiedade nos últimos anos com o incremento de

(223) Pág. 107.

(224) Pág. 115.

imigrantes japoneses na grande nação sul-americana. As palavras finais do capítulo, o estudioso atento aos factos e o pensador que sobre elas reflecte, encararão o futuro enigmático com alguma apreensão, no receio de o Brasil poder vir um dia a renegar o seu abstracto português:

«Um Brasil europeu e não asiático, uma nação e não uma colónia, eis aí o seguro porvir da antiga América portuguesa. Seguro, mas lento: assim se constroem as obras duradouras. De que vale, para que serve, a cega precipitação, a mais cega pressa de devorar toda a riqueza do mundo? Exploramos uma concessão vitalícia, ou somos apenas, nós homens de hoje, um momento e um aspecto da indefinida sucessão das gerações? Solidários com os antepassados e os vindouros, acesos no respeito da humanidade eterna e ideal, é que os homens fundam as nações. O seu utilitarismo, o egoísmo individual, o materialismo prático, são armas úteis — mas só para obras inferiores. Jamais com elas se criaram Romas!»⁽²²⁵⁾.

Receoso pelo futuro do Brasil na hipótese de uma imigração asiática em grande escala, igualmente receava ele as consequências de uma imigração anglo-saxónica, gente por quem sempre manifestou decidida antipatia. O pensador e o historiador, de braço dado com o economista e o patriota, viam um «futuro extravagante» do Brasil se se abrissem as portas aos Anglo-Saxões, o que provocaria o fraccionamento do império «fatalmente em um sistema de nações minúsculas, neo-portuguesas, e neo-suíças, neo-alemãs, neo-inglesas, etc., como são em embrião as colónias germânicas actuais», meio que só poderia fundar-se, obviamente, numa visão pessimista ou francamente errada do historiador, que parece ter esquecido ou ignorado (o que não é de aceitar em tal pensador) o exemplo dos próprios Estados Unidos, colonizados em grande parte por imigrantes provindos de todos os pontos cardiais⁽²²⁶⁾.

Ao concluir este capítulo revela o escritor notável clarividência, demonstrativa do brilho da sua inteligência e a sua profunda compreensão dos problemas demográficos relativamente às nações novas, em particular ao Brasil. Reputando ilusão poderosa pensar que entrassem anualmente no Brasil algumas centenas de milhar de europeus de qualquer raça, achava «erro deplorável» que tal se desejasse, por ser

(225) Pág. 153.

(226) Pág. 162.

«dissolvente para a organização interna de uma nação o ingresso abrupto, a infusão precipitada de elementos» que, se seriam por um lado, «excessivos para as forças da absorção do povo nacional», pelo outro lado teriam «de ser por natureza rebeldes e até insusceptíveis de assimilação»; seria preferível a imigração lenta «que se proporciona às forças do país e se funde, do que a irrupção turbulenta de massas famintas e desmoralizadas».

«O progresso de uma nação — prossegue — difere essencialmente da exploração de um território concebido. Numa empresa o futuro é vitalício, o ponto de vista é apenas o lucro. O Brasil não é uma concessão dada, é uma nação crescente. O acanhado critério exclusivo do lucro das lavouras e do comércio não basta: é mister porém que subordinadamente esse critério concorra para a construção firme e duradoura do Estado»⁽²²⁷⁾.

Dedica o escritor o último capítulo da obra ao desenvolvimento da riqueza. Estudando a transformação do Brasil de país mineiro em país agrícola, chega o autor ao seu próprio tempo, quando se esboça já o extraordinário desenvolvimento futuro do café, que havia de tornar aquele país o grande cafezal do Mundo. Ao seu claro espírito de economista prático, porém, não podiam deixar de acorrer os graves inconvenientes de uma cultura absorvente, sujeita a uma crise súbita de abundância, que degenerasse em catástrofe. Foi então que escreveu estas palavras proféticas — proféticas por terem adivinhado a grande crise de 1931:

«O Brasil é o grande cafezal do mundo: com o café compra farinha para pão que não tem, compra os panos para se vestir e tudo o mais, de que carece. É fora de dúvida que ganha muito; mas é também incontestável que pode estar preparando as causas de uma crise futura»⁽²²⁸⁾.

E essa crise chegou, apesar de meio século antes haverem sido escritas estas palavras, embora depois de outra crise violenta do Brasil — a da borracha, produto que no tempo do escritor apenas começava a explorar-se na região amazônica.

(227) Págs. 163-165.

(228) Pág. 174.

Ao terminar o estudo dedicado à antiga colónia portuguesa, o historiador, num daqueles seus reptos, um pouco retóricos (e tanto lembram os de Carlyle na *French Revolution*), ergue um hino às qualidades dos Portugueses como colonizadores, em contraste com muitas das suas palavras pessimistas espalhadas pela *História de Portugal*, ao mesmo tempo que indica ao Brasil do seu tempo o caminho a seguir — o de continuador de Portugal.

O Brasil teria de ser «uma nação europeia e não mestiça», tal devendo «ser o pensamento, o alvo dos estadistas». Na América do Sul haveria de manter-se o dualismo de Castelhanos e de Portugueses, «pela contraposição do Brasil aos Estados de civilização castelhana». E ao lado da América do Norte, anglo-saxónia,

«com o seu génio prático e utilitário, ficará a América do Sul aos povos que descobriram ambas e todo o resto do mundo desconhecido. Nem a fala nobre do castelhano, nem a grave língua portuguesa se perderão, como acaso viria a suceder, se o império peninsular não tivesse saído da Europa. O génio heróico da civilização ibérica deu-lhe as duas Índias com a espada; vieram depois com a charrua e o martelo os saxónios — lugar a todas as ferramentas. Fadados como os romanos para dominar os povos com o império, exterminámos e saqueámos como eles fizeram. Acaso não resta de Roma mais lembrança do que a dos morticínios e saques? Acaso não resta da Espanha outra memória?»

Começava a preocupar o historiador a *hantise* de Roma. E a concluir:

«Se, no conceito das tendências utilitárias dominantes, estas palavras destoarem, perdão para quem acredita que o homem é alguma coisa mais do que um aparelho apreensor e digestivo. Sempre foi bom que houvesse hereges!»⁽²²⁹⁾.

Após esta magnífica obra, publicou Oliveiar Martins *Camões, os «Lusiadas» e a Renascença em Portugal* (1891), refundição do que, com título semelhante, publicara em 1872, e as *Tábuas de cronologia e geografia histórica* (1884).

A obra acerca do Poeta é simultaneamente de carácter crítico-literário, biográfico e histórico-cultural. Dela constam cinco capítulos,

(229) Págs. 176-177.

o 1.º dos quais é um desenvolvido estudo acerca das epopeias, o 2.º a biografia do Poeta à luz dos conhecimentos correntes na época, o 3.º o estudo da época dos descobrimentos, o 4.º um cômputo geral acerca do Renascimento, e finalmente o último acerca da Nação portuguesa e do carácter do seu povo, a cada passo citando aquelas passagens d'Os *Lusíadas* que vinham a propósito em apoio das suas teses.

Obra densa de fundo, nela revela Oliveira Martins o seu completo conhecimento da epopeia camonianiana, embora em um ou outro passo possam as suas conclusões divergir das do leitor.

Ao concluir o prólogo, olhando à sua volta com olhos de pessimista descrente numa futura época de grandeza da sua pátria, escreve:

«Neste acabar de século, repito, por tantos lados semelhante ao fim fúnebre do século XVI, quando morreram Camões e Portugal, o vivo desejo da minha alma é que, se efectivamente está morta a esperança inteira e temos de abandonar a ideia de voltarmos a ser alguém digno de nome vivo sobre a terra, este livro seja como um ramo de goivos deposto no altar do poeta que, morrendo com a pátria, lhe cantou o glorioso passado, legando-nos o testamento de um futuro não cumprido»⁽²³⁰⁾.

Em toda a obra perpassa a admiração do autor pelo vate genial, esse homem «que mais firmemente creu no seu Deus, na sua Pátria e em si próprio» e «mais arrebatadamente amou com os sentidos, com a imaginação, em corpo e alma, a beleza e a virtude, as mulheres, os deuses, o Homem e a Terra»⁽²³¹⁾.

Para ele,

«Camões não é só o épico português da força da fé, nem o épico da ciência e do comércio: é também o vate do pensamento filosófico moderno»⁽²³²⁾.

Nele se consubstancia a própria Pátria sendo a sua vida também cíclica como a de Portugal:

«amante como Portugal, que ficou célebre pela tragédia de Inês de Castro, viveu de amor na adolescência; vai a África prepa-

(230) Pág. XII.

(231) Pág. ???.

(232) Pág. 186.

rar-se para as campanhas do Oriente, como Portugal também foi; embarca para a Índia, como a nação inteira embarcara; volta de lá derreado, coxo, em muletas, como voltou igualmente Portugal para agonizar um instante, expirando a um mesmo tempo...» (233).

Os Lusíadas, que foram inspirados «por um patriotismo quente, que não deve confundir-se com o aplauso aos seus contemporâneos», são a própria epopeia da ciência cosmográfica, geográfica e lendária, uma Bíblia da civilização e o símbolo artístico da Renascença política» (234). *Os Lusíadas* e a *Eneida* em que Camões se inspirou e de que se serviu em vários passos da sua epopeia

«são as duas epopeias nascidas do pensamento consciente, em que o amor naturalista da terra se define numa ideia: o patriotismo» (235).

Mas este patriotismo quase religioso dos Portugueses

«ninguém nos tempos modernos o excedeu. E nenhum português excedeu Camões no amor pela pátria baluarte glorioso de um pensamento e de uma vontade, cujas muralhas pousavam firmemente sobre a rocha palpitante da paixão pela terra, pelo sangue e pela história lusitana» (236).

Mas nenhum povo, além de Portugal, nesse eufórico século XVI, ébrio de expansão e de conquista, «deu aos seus sentimentos e ideias políticas», nem «às suas instituições reformadas, um carácter de reprodução mais fiel de Roma» (237). Assim:

«O pensar, o sentir, a ambição e o desejo universais, eram para Portugal reproduzir os efeitos e o génio daquele povo, o romano, que rematara politicamente a missão da Antiguidade mais caracterizada ainda pela força e pela grandeza do que pelo encanto e agudeza peculiares dos gregos. Por um acto de vontade colectiva, Portugal quis ser e foi uma imitação de Roma; e esse acto

(233) Pág. 119.

(234) Págs. 33 e 14.

(235) Pág. 51.

(236) Pág. 283.

(237) Pág. 282.

de vontade, semente da sua energia heróica, deu fisionomia própria a um pequeno povo que primeiro vivera indistinto entre os vários reinos da Espanha, apenas porventura caracterizado diferencialmente pelo lirismo da sua alma céltica, igual em todo o caso dos dois lados do Mondego, mas igual ainda em ambas as margens do Minho» (238).

Depois de ter escrito estas obras, cuja estrutura reunimos, entrou Oliveira Martins decididamente na Política, que havia muito lhe fazia negações, esquecido de que em raríssimos casos os doutrinários chegam a entender-se com os «políticos profissionais» e acabam por naufragar ingloriamente, tantas vezes vexados e corridos. Estava-lhe ainda reservada essa lição da experiência que ele não soube evitar.

Desviando-se do culto da História, até ao momento da crise após a saída do Governo voltou à sua vocação histórica. Passara já, todavia, o tempo das preocupações didácticas, abandonado de vez o plano da «Biblioteca das Ciências Sociais», ambiciosamente lançado na mocidade, quando pensava em escrever e publicar um conjunto de obras com o fim de levar os seus compatriotas à reflexão que, cria ele, contribuiria para lhes modificar a mentalidade, integrando-os assim na Europa de que Portugal se encontrava afastado.

Interessavam-no agora algumas figuras por ele consideradas representativas do ideal português, que entendia serem as dos reis e príncipes da dinastia de Avis por ser a sua época a do esplendor da civilização portuguesa. E com o mesmo entusiasmo da sua mocidade e confiado talvez por demais nas suas forças físicas, fixou os seus pontos de vista n'Os Filhos de D. João I (1891), n'A Vida de Nun'Álvares (1893) n'O Príncipe Perfeito, em Afonso de Albuquerque e em D. Sebastião. Mas a doença espreitava-o não o deixando ir além dos dois primeiros volumes, tendo o cap. I (e único) d'O Príncipe Perfeito sido redigido já bastante doente da doença que o levaria dentro de algumas semanas.

Individualista, (convém não o esquecer) o historiador encarava os factos históricos resultantes da vontade de alguns homens de forte energia que, pela sua actuação, modificaram algumas vezes o curso da história do Mundo.

N'Os Filhos as figuras sobre que concentra as suas atenções, são D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, cujo retrato físico e psíquico ergue com amoroso cuidado. Quatro caracteres diferentes,

(238) Pág. 280.

prestam-se, por isso mesmo, a uma análise de certa profundidade baseada em crónicas coevas, interpretadas porém pela intuição psicológica que já então o crítico antes citado achava ser «a trave mestra» da obra de Oliveira Martins. Por isso, essas figuras, em particular as dos três primeiros infantes, saem cheias de vida destas páginas admiravelmente talhadas.

Colocando-as dentro do seu ambiente, animando-as e fazendo-as actuar como homens, os infantes passam diante do leitor como seres autónomos, personagens autênticos e não de romance, homens como nós, qualquer deles animado por um alto ideal que, afinal, só D. Henrique talvez tivesse alcançado.

Eis o retrato do Infante *Navegador*:

«Alto e corpulento, de longos e fortes membros, com a pele tostada pelos sóis e ventanias, os cabelos negros, espessos, rijos e empinados, um bigode farto, negro também e hirsuto, este infante não era belo: pelo contrário. Faltava-lhe na fisionomia o encanto da bondade, sem o qual não há formosura. A dureza do seu olhar era antipática»⁽²³⁹⁾.

Da iconografia henriquina que Oliveira Martins poderia ter consultado para retratar o Infante, no seu tempo conhecia-se a estátua jacente da Batalha, a estátua do frontão dos Jerónimos e a iluminura da *Crónica de Guiné* de Zurara reproduzida na edição do Visconde da Carreira. Todas estas imagens de D. Henrique diferem. Supomos que fosse a de Zurara a utilizada pelo escritor por coincidirem perfeitamente as palavras deste com os traços daquela, sobretudo no concernente ao olhar. Não se conhecia ainda o magnífico retrato dos painéis de S. Vicente descobertos já depois da morte de Oliveira Martins. Pela descrição do historiador está a ver-se a iluminura com «a pele tostada», «o bigode farto e hirsuto», a fealdade e «o olhar antipático». Se pudesse ter conhecido o retrato dos painéis, talvez modificasse o seu ponto de vista, por ser mais humana a figura ali apresentada, tendo D. Henrique (se efectivamente é ele, como em geral se crê) um olhar mais suave e fisionomia menos fechada do que a do duro retrato da crónica.

Psicologicamente era o Infante «um peninsular espanhol, afirmativo, duro, terminante, prático em tudo; na acção enérgica, no misticismo ardente, na habilidade astuta». Serviu-se da intriga «e depois

(239) Pág. 55.

chegou a ser cruel» para realizar os seus planos, «e para não mentir aos seus votos, entendendo a religião ao pé da letra, ficou virgem toda a vida». Supõe o historiador que talvez proviesse daí «também a desumanidade que se lhe encontra no retrato»⁽²⁴⁰⁾.

Ao fazer o necrológio do Infante diz que a sua memória «não é feita de humanidade, mas de génio».

«Teve o instinto criador e socialmente genesiaco, — prossegue — esse homem a quem os votos impediram a geração. Iniciando uma forma ignota de expansão territorial, repellido pela forma clássica da conquista, Alexandre de uma espécie nova, deu a Portugal, com as descobertas, a extensão dos mais vastos impérios, abrindo-nos um lugar eminente no épico panteão da história»⁽²⁴¹⁾.

Do seu «cérebro poderoso» saiu todo o sistema colonial moderno, de pé e armado, qual Minerva da cabeça de Júpiter (...) o infante D. Henrique foi o nosso Hércules».

«Encarnou o génio latente de um povo inteiro, tornou-se o intérprete do destino de uma nação filha da vontade cívica, e à força de heroísmo tenaz conseguiu vencer. Para vencer, porém, teve de despedaçar, não talvez o coração próprio, por que a sua natureza genial era rebelde ao sentimento, mas a felicidade, a paz e até a própria vida de três irmãos, que acabaram, mais ou menos, por culpa dele, um desfeito em dor, outro imolado no cativoiro, outro varado por uma seta no tumulto da guerra civil. O génio é descaravável. Se no mundo a acção e a bondade pudessem andar juntas, o mundo seria um paraíso»⁽²⁴²⁾.

Todavia, mesmo ao descrever física e moralmente um homem «duro para as afeições, desapiedado e esquivo», tão diferente do que o panegírico louvaminheiro de Zurara deixa perceber, sentimos nós que Oliveira Martins se sentia possuído de admiração por D. Henrique⁽²⁴³⁾.

No dissídio levantado entre o astuto e ambicioso Duque de Bragança e D. Pedro, provocado pela teimosia implicativa do Duque com

(240) Pág. 56.

(241) Pág. 260.

(242) Pág. 263.

(243) *Loc. cit.*

pretender atravessar com gente armada as terras do Infante, este diz ao parlamentar do Rei que o não deixará passar e ainda «tinha nos lábios o leve tremor do desdém, mas os cantos da boca dobravam-se-lhe com indício de ira, sinal certo de abatimento do seu génio fleumático»⁽²⁴⁴⁾. Aqui, como em tantos outros passos, a força da sua imaginação psicológica força o escritor a colmatar os hiatos das crónicas com aspectos de pura arte.

Transcrevemos seguidamente uma passagem significativa e magnífica onde Oliveira Martins visiona a partida de D. Pedro para o combate em que encontraria a morte:

«A cavalo, D. Pedro, em frente dos seus esquadrões, falou-lhes. Alto, magro, fleumático, as vicissitudes dos últimos tempos, colaborando com os anos — faria nessa data cinquenta e sete — tinham-lhe encalvecido a fronte branqueando-lhe a sua farta barba loura. O azul dos olhos, sempre vago, oscilava agora numa indecisão completa. Parada a sua fisionomia, como de um sonâmbulo, a voz em que falava aos seus tinha alguma coisa de espectral, e o que lhes disse parecia uma confissão tumular. Afirmando a sua fidelidade ao rei, punha nela os fundamentos da sua desobediência. Lembrava os seus dez anos de governo em que honesta e lealmente defendera a coroa dos assaltos da gente ávida, e o reino da guerra estrangeira. El-rei era uma criança, e andava enganado. A fúria dos seus inimigos vinha de lhes não dar, nem consentir que el-rei lhes desse o que queriam — que era o reino inteiro! Saíra da regência como para lá entrara. D. Afonso tinha o Porto e Guimarães, Bragança de que o fizera duque: nada era capaz de o saciar! O dever impunha-lhe a resistência. Ceder seria deslealdade»⁽²⁴⁵⁾.

Nesta primeira das suas biografias, se o historiador se cinge mais aos testemunhos directos recorrendo também aos próprios documentos, embora já publicados, mais do que em qualquer outra obra dá largas ao sentimento artístico. Ao referir-se às viagens do infante D. Pedro, deu quase como bom o depoimento, supostamente atribuído a Gomes de Santo Estêvão, um dos companheiros do Infante, obra divulgada com o nome de *Livro do Infante D. Pedro de Portugal o qual andou as sete partidas do mundo*, hoje regeitado como obra de

(244) Pág. 317.

(245) Pág. 349.

fantasia. Daí que levasse D. Pedro a fazer uma digressão pela Europa e pelo Próximo Oriente, com uma exuberância de pormenores que serviram, de facto, para elevar a obra a um alto nível de beleza, mas à qual faltam fundamentos verídicos para poder aceitar-se como auto-ridade.

A ilustre Mestra que foi Carolina Michaëlis, com quem Oliveira Martins tinha relações de amizade, chamou-lhe a atenção para certas passagens às quais opunha dúvidas, em particular a respeito de D. Pedro, defendendo-se o escritor com dizer:

«Quanto a mim não pode de outro modo dar-se à obra histórica a unidade sinteticamente viva sem a qual os livros não saem da esfera da erudição para o terreno aberto aos leitores comuns. O meu pensamento nas vidas dos infantes, foi pô-los de pé e mostrá-los vivos, a ver se esse exemplo ainda podia ao menos chamar para a penitência uma raça abastardada e um povo envilecido» (246).

E a respeito das viagens do Infante e dos pormenores fantasiosos bebidos no livro de Gomes de Santo Estêvão, diz ter achado

«lícito *idear* a viagem seguindo o itinerário, corrigindo-o quando os elementos certos mo permitiam, suprimindo o que evidentemente é fantástico e adicionando o que faltava. Se pretendesse fazer um estudo crítico do auto procederia de outro modo; querendo reconstituir a vida do Infante pareceu-me lícito aventurar essa hipótese» (247).

Anos mais tarde, já no nosso século, a mesma ilustre Mestra citada, no estudo com que precedeu a sua edição da *Tragedia de la insigne reina Doña Isabel*, da autoria do Condestável D. Pedro, filho do Infante, alude a Oliveira Martins. Ao referir-se aos biógrafos de D. Pedro, que «engastaram a fantasiada ida à Terra Santa e a mais regiões africanas e asiáticas, como facto indiscutível», diz que todos, «sem excepção o fizeram, mas nenhum mais detida e brilhantemente que o último», acrescentando:

(246) *Correspondência de J. P. Oliveira Martins*. Lisboa. 1926. Pág. 164.

(247) *Loc. cit.*

«Não duvido que o glorificador da ínclita geração conhecesse perfeitamente e ponderasse as razões que há para duvidar da novelesca relação, que mereceria ir no rol dos livros de cavalaria, se fosse escrita com mais alguma elegância. À sua perspicácia não podia passar despercebido o facto que nela não se regista um único dos casos autenticados por documentos relativos à viagem do Infante. Nem tão pouco era eapaz de se subtrair à impressão que o suposto ou verdadeiro Gomes de Santo Estêvão, *um dos doze que foram na sua companhia* em busca do Preste João, escrevera muito mais tarde, no século XVI, e sem ter visto coisa alguma dos países que menciona».

E depois de transcrever a opinião de Oliveira Martins acima referida, conclui:

«Por amor à arte, o grande escritor moderno preencheu com hipóteses as graves lacunas que há no nosso saber a respeito do Infante, indo na pista do ingénuo fornecedor de livros de cordel, ao romancear belamente o seu Itinerário. E que Itinerário, totalmente diverso, mesmo na parte original, de quanto era usual e corrente no século XV!»⁽²⁴⁸⁾.

Mais adiante refere-se D. Carolina à confusão de Oliveira Martins entre o Infante e o filho seu homónimo, atribuindo-lhe a autoria das *Coplas do Menosprezo do Mundo* deste último, obra em que o historiador «julgava a princípio achar espelhada a verdadeira psique do Infante», tendo sido esta obra que produziu sobre o historiador «*o punctum saliens* donde se desenvolveu a psicologia complicadíssima e irreal com que o Infante nos aparece na obra-prima do historiador», acrescentando compreender bem que,

«quando mais tarde lhe pude demonstrar o erro em que caíra, o grande artista não tivesse ânimo de derrubar a estátua que erguera ao Regente, para reconstruir a figura da história. Contentou-se com substituir na 2.^a redacção da sua obra as páginas, dedicadas às *Coplas* na 1.^a por uma curta nota em que dá o seu a seu dono, acrescentando ainda um capítulo sobre as obras em prosa do Regente, e outro sobre a descendência do condenado, no qual esboça o perfil do Condestável, seu verdadeiro autor».

(248) *La Tragedia de la insigne reina Doña Isabel*. Coimbra. 1922. Págs. 45 e 46.

Nobremente, a ilustre Mestra termina o capítulo escrevendo:

«Concluindo este capítulo peço vénia para acentuar que não há sombra de deslealdade nesta tardia crítica a certas opiniões de um eminente escritor, ao qual toda a Península tributa justíssima homenagem. Em conversa particular e em correspondência expus ao meu ilustre amigo todos os factos e todas as minhas dúvidas, prometendo-lhe detalhar um dia a exposição que aqui deixo apenas levemente esboçada» (249).

Este livro oferece muitos aspectos dignos da consideração dos leitores. Historiando o período decorrido entre as vésperas da expedição a Ceuta (1414) e o advento de D. João II constitui o prólogo a *O Príncipe Perfeito* inacabado. Com ele iniciou Oliveira Martins o seu novo processo de apoiar os seus pontos de vista pelo recurso a autores e documentos, como deixámos já dito, transcrevendo muitos deles quase *in extenso* e publicando outros em apêndice. Anteriormente, em todas as obras publicadas, integradas na «Biblioteca de Ciências Sociais», dado o carácter didáctico que o autor lhes atribuiu, todas as notas se reportam exclusivamente a obras suas onde os temas abordados eram desenvolvidos.

No *Portugal contemporâneo* inaugurou o sistema de apoiar-se em autoridades, mas é a partir d'*Os Filhos* que recorre aos documentos, embora, como no caso do livro de Gomes de Santo Estêvão, alguns não ofereçam carácter de fidedignidade (250).

Procurou o historiador entrelaçar a vida dos «ínlitos infantes» de forma tal que os acontecimentos decorridos dentro da época acima indicada revelassem, um de cada vez, o carácter de cada um dos filhos do Rei de *Boa Memória*. Assim, os dois primeiros capítulos — «A corte e o conselho» e «Ceuta» — constituem a apresentação das personagens; no III — «A vila do infante» — surge a plena luz o infante

(249) Págs. 48, 49 e 50.

(250) O ilustre historiador e ensaísta Dr. Vitorino Magalhães Godinho fez em 6 de Maio de 1945, no Ateneu Comercial do Porto uma conferência — *Oliveira Martins historiador* —, integrada nas comemorações do centenário do nascimento do escritor. Como a conferência foi proferida de improviso, solicitámos então ao Autor dados para a podermos reconstituir pois então tínhamos começado a colher elementos para a obra de que faz parte o presente capítulo. Na carta de resposta do historiador, datada de 20 de Fevereiro de 1946, dizia-nos, a propósito d'*Os Filhos*, o seguinte, que, com a devida vénia, transcrevemos: «Os Filhos de D. João I» ainda não foi no conjunto, superado, nem se fez esforço igual ao que representa».

D. Henrique, que, no cap. IX — «Os tratos da Guiné» — volta a monopolisar as atenções do autor, embora D. Henrique seja uma personagem que quase constantemente contracena com outras. D. Pedro mereceu ao historiador três capítulos, através dos quais se lhe fica a conhecer uma fase da mocidade — «As viagens do infante D. Pedro» — a sua maturidade — «O regente» — e o seu trágico fim — «Alfarrobeira».

D. Duarte, como rei, é estudado também em três capítulos — «Um estadista do XV século», «O Leal Conselheiro» e «As ordenações e os judeus» — apesar de ainda se lhe referir no cap. VIII — «Tânger». Neste capítulo relata a vida do último infante, D. Fernando, que encontrou no irmão D. Henrique o mais decidido apoio para levar por diante a triste expedição africana de que lhe resultou o cativo e a morte.

Em toda esta obra procurou o historiador reconstituir a psique de cada um dos filhos de D. Filipa de Lencastre.

Surpreende, no entanto, só fugidamente aparecer em cena o infante D. João, o penúltimo dessa plêiade de príncipes sem par na história portuguesa, talvez por ter desempenhado papel menos relevante na cena histórica.

Se bem que Oliveira Martins, repetimo-lo, escrevesse um livro escudado e apoiado nos numerosos autores e documentos que cita, não fez livro de história pura, mas sob a forte influência de Michelet, de cuja obra se lhe sente o reflexo. Para Oliveira Martins, a História «há-de sempre ser uma ressurreição; e o processo artístico ou sintético ser-lhe-á sempre adequado»⁽²⁵¹⁾ o que, naturalmente, tem seus perigos. É aliciante tal processo pela atracção exercida sobre os espíritos ligeiros apenas interessados no pormenor, no brilho de descrições cheias de vida e até no pitoresco das situações, explicando isto, se vemos com acerto, o interesse disfrutado pelo romance histórico no século passado e primeiros anos do actual e, já no nosso século, pelas biografias romanceadas. E se o critério martiniano lhe proporcionou a oportunidade de escrever mais algumas páginas de admirável colorido, teve, por outro lado, o condão de deixar suspicaz o leitor estudioso, que hesita em aceitar todas as conclusões do autor.

Logicamente, *A vida de Nun'Álvares*, publicada em 1893, deveria ter sido escrita antes d'*Os Filhos*, dos quais se pode considerar o prólogo. Ignoramos quais teriam sido as determinantes que levaram o historiador a inverter a ordem da publicação. Fossem, porém, quais

(251) *Os Filhos*. Pág. VI.

fossem, o facto não tira nenhum mérito às duas obras, que constituem um todo para o conhecimento da época profundamente convulsionada do final do século XIV português e termina no reinado do Rei Africano.

Também *A vida* é profusamente anotada e acompanhada de documentos de apoio às informações do autor. O mesmo processo seguido n'*Os Filhos* é seguido neste, onde abundam os retratos, ou em corpo inteiro, ou perfís, como o de Leonor Teles (pág. 81), Nun'Álvares no final da adolescência (pág. 83), D. Fernando moribundo (pág. 89), Nun'Álvares nos últimos anos da vida (todo o cap. XI). São também numerosas as cenas de luta, a todas elas se avantajando a de Aljubarrota (cap. VI), que, ao relê-la, há longos anos pela primeira vez, me trouxe imediatamente à lembrança a transcrição parcial do capítulo citado e figurava então no nosso livro de leitura adoptado no 2.º grau primário. «E toda esta batalha, tão longa a contar: momento de vida intensa em que as linhas valem por anos, durara apenas meia hora. Anoitecia. A hesitação na vanguarda tornara-se em retirada» (252).

Subintitulou Oliveira Martins a sua obra «História do estabelecimento da dinastia de Avis», o que corresponde ao seu conteúdo, não o impedindo de ser, efectivamente, a biografia do Condestável. Apesar das numerosas autoridades citadas, entre as quais figuram os dois célebres cronistas, o francês Froissart e o castelhano López de Ayalla, prisioneiro em Aljubarrota, a vida de Nun'Álvares é, acima de tudo, apoiada na *Crónica do Condestabre*, coeva do biografado e anónima, mas o crítico Aubrey Bell, desenvolvendo o que anos antes escrevera Braancamp Freire, atribuiu a Fernão Lopes, opinião aliás contestada fundamentadamente pelo Prof. Hernâni Cidade (253).

O Príncipe Perfeito, de que o autor escreveu, como dissemos, apenas o cap. I, publicado postumamente, é uma «capela imperfeita» na obra do escritor, e teria possivelmente sido a mais bela de todas se a pudesse ter completado. Por Henrique de Barros Gomes, autor do extenso «Prefácio» que antecede o texto martiniano, sabemos qual era o pensamento do historiador acerca do rei D. João II e qual o plano traçado para levar a obra a cabo, ao que adiante nos referiremos.

(252) *A vida de Nun'Álvares*. 4.ª ed. Lisboa. MDCCCXXXIII. Pág. 280.

(253) Ver: *Fernão Lopes*, de Aubrey Bell. Trad. port. 2.ª ed. Lisboa. 1943. Pág. 47. *Lições sobre a cultura e a literatura portuguesa*, de Hernâni Cidade. 1.º vol. Coimbra. 1933. Págs. 29-55. *Crónica do condestável D. Nuno Álvares Pereira*. Ed. da Academia Portuguesa da História. Lisboa. MCMLXXI. Introdução de António Machado de Faria. Págs. XVI e ss.



Chegou o momento de concretizarmos o ideário de Oliveira Martins, ou mais precisamente a evolução desse ideário, porque ele nunca chegou a definir de forma clara qual o seu conceito de História. No *Helenismo* via nela «uma ciência tão verdadeira como qualquer outra», porquanto há leis históricas; estas, porém, não são de rigidez imutável, talvez por ter observado como em tantos casos essas «leis históricas» são desmentidas pelos factos. Apressa-se, por isso, a declarar que se «como ciência a história tem leis próprias, nem por isso todos os seus factos podem estar racionalmente sob o império dessas leis», sendo por isso a História «decerto a ciência onde o saber positivo é relativamente menor». Crente — este céptico! — nos «milagres» do Acaso, não deixa (cremos que a partir desta obra) de o fazer intervir como *deus ex machina* do grande drama da História no decurso dos séculos. Assim, e paradoxalmente, só pela sua intervenção pode explicar-se a frequente inversão dessas «leis históricas», e nisso então Oliveira Martins se mostrava profundamente crente.

É esse elemento imponderável a que chama «o fortuito», que ele faz intervir na História para justificar a infracção dessas leis.

Por outro lado, vê ele nela também um teatro «onde o Espírito mais superiormente se revela», e é esta superioridade que «distingue a história das ciências que se lhe seguem em categoria inferior»⁽²⁵⁴⁾. Pondo de parte abstracções, «que só noutra esfera têm lugar», procura o historiador

«indagar se existe ou não um sistema de leis invariáveis e constantes, seja qual for a soma de circunstâncias fortuitas que dêem individualidade própria a cada exemplo»,

para concluir por «reconhecer a existência de tais leis com carácter indispensável de necessidade e constância»⁽²⁵⁵⁾. Todavia, tais leis «não contêm nem podem conter a causa final da história, tal como «a não contêm nem podem, as leis de nenhuma outra ciência». Não é possível às ciências explicar a finalidade dos factos que registam e estudam, pelo que se, por exemplo, «a astronomia, a biologia, e a história têm uma finalidade» e, em seu parecer, «nem a determinação dela, compete à ciência, nem qualquer que ela seja, o seu princípio é o próprio e adequado para construir o edifício científico». E, dizia, «saindo por

(254) Pág. IX.

um momento do terreno», entendia que tal finalidade se não pode encontrar nem nos desígnios duma Providência fenomenalmente activa, nem no princípio de um Progresso indeterminado e indefinido» (256).

Reconhecendo, talvez, excessivo determinismo na sua concepção das leis históricas, reconhecia, por outro lado, como transcrevemos já, que se a História «tem leis próprias, nem por isso todos os seus factos podem entrar racionalmente sob o império dessas leis», o que, aliás, ocorre «em todas as ciências positivas». Se, porém, «a soma destas excepções é maior na história do que em qualquer outra ciência, não provém isso de uma diferença essencial, senão do lugar superior, por mais complexo, que a história ocupa na jerarquia das ciências» (257).

Tais excepções são de duas espécies, sendo a primeira «a escassez de pecúlio científico, de conhecimento erudito», que naturalmente tende a diminuir à medida que aumenta o saber. A segunda espécie

«é inerente à própria ideia da ciência, onde o necessário e o fortuito têm ambos um lugar permanente. Nem de outro modo se concebe que pudesse ser; porque, se as leis pudessem dar definição total dos fenómenos, as ciências conteriam em si, o que não contêm, a prova da finalidade do Universo» (258).

Mas o fortuito nem é o desconhecido nem o incognoscível, «coisas que são, a primeira oposta à ideia da ciência, e a segunda abunda na ciência e na filosofia». Na História, reconhece, os casos fortuitos são

«infinitamente mais numerosos do que em qualquer outra ciência, porque o número de séries que independentemente se desenvolvem dentro do seu domínio (...) além de conter o das que se dão dentro das ciências inferiores, contém o das que são próprias das raças, das sociedades e dos indivíduos como seres morais e naturais. Esta infinita multiplicidade de circunstâncias fortuitas, tem dado e dará sempre à história, seja qual for a massa de erudição acumulada, um cunho próprio da sua superioridade; e aos seus procesos um carácter diverso dos processos das ciências elementares» (259).

(255) Pág. X.

(256) Pág. XI.

(257) Pág. XII.

(258) Pág. XIII.

(259) Pág. XIV.

A História

«começa quando ao lado dos caracteres que inconvenientemente os distinguem conforme as raças em que se dividem e as regiões que habitam, aparece pela primeira vez o pensamento consciente do qual nascem as instituições. É este o momento que separa a antropologia da história» (260).

Mas na *História de Portugal*, publicada no ano imediato ao da obra anterior, vê Oliveira Martins na História «sobretudo uma lição moral», conclusão que em seu parecer, «sai de todos os eminentes progressos ultimamente realizados no foro das ciências sociais». E prossegue:

«A realidade é o melhor mestre dos costumes, a crítica a melhor bússola da inteligência: por isso, a história exige sobretudo observação das fontes primordiais, pintura verdadeira dos sentimentos, descrição fiel dos acontecimentos e, ao lado disto, a frieza impassível do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objectivo, o sistema dos sentimentos geradores e dos actos positivos» (261).

Anos depois, n'*Os Filhos*, insiste em que «o que domina sobre tudo a história são os motivos morais, e esses motivos parecem verdadeiros ou falsos conforme as eras e os lugares». Portanto,

«a história há-de ser objectiva, sob pena das obras do artista não passarem de criações fantásticas do seu espírito. E há-de, por outro lado, assentar sobre a base de um saber solidamente minucioso, de um conhecimento exacto e erudito dos factos e condições reais, sob pena de, em vez de se escrever história inventarem-se romances» (262).

Mas períodos antes dissera que a história

«há-de sempre ser uma ressurreição, e o processo artístico ou sintético ser-lhe-á sempre adequado. As análises eruditas e as

(260) Pág. XVII.

(261) 10.^a ed. Lisboa. 1920. Tom. I. Pág. VII.

(262) 4.^a ed. Lisboa. 1922. Pág. VII.



PORTUGAL
CONTEMPORANEO

POR

J. P. OLIVEIRA MARTINS

TOMO I

LISBOA
LIVRARIA BERTRAND
VIA BERTRAND & C.ª SUCCESSORES CARVALHO & C.ª
25, C.º 1.º, 2.º
1881

Oliveira Martins e o frontispício da 1.ª edição do «Portugal Contemporâneo»

controvérsas críticas, bem como as teses doutrinárias dos sistematizados, serão também sempre materiais indispensáveis ao artista; mas nunca poderão criar obras que tanto agradem ao sábio como ao ignorante, deliciando e educando quem quer que tenha ouvidos para ouvir, olhos para ver e coração para sentir»⁽²⁶³⁾.

E mais adiante:

«o que domina sobretudo a história são os motivos morais, e esses motivos parecem verdadeiros ou falsos conforme as eras e lugares»⁽²⁶⁴⁾.

O historiador não deve ser, porém, um mero erudito, vasculhador de factos miúdos, antes um artista capaz de dar vida aos homens há muito sepultados sob o pó dos séculos, tal como o escritor confessa, e já referimos, no *Portugal contemporâneo*, obra que

«não é um livro de partido, nem de polémica, nem de revolução: é um livro de história, conforme eu entendo que a história se deve escrever, como quem escreve um drama»⁽²⁶⁵⁾.

Posteriormente a sua opinião quanto a considerar-se a História uma ciência, altera-se, manifestando o parecer de que

«esta expressão corrente de *ciência da história* é viciosa, e como patenteia a confusão das ideias a tal respeito. Ciência e história são termos que se excluem e a história é narrativa, a ciência é perceptiva; uma conta, a outra sistematiza. Todas as ciências reais têm uma parte narrativa ou histórica: e o que chamamos comunmente *história* seria pois a parte narrativa ou histórica da ciência que expressasse as leis do dinamismo das realidades humanas consideradas no seu conjunto sistemático — ciência impossível de construir, dados os limites da nossa capacidade intelectual, conforme estamos dizendo»⁽²⁶⁶⁾.

(263) Pág. VI.

(264) Pág. VII.

(265) 6.ª ed. Lisboa, Tom. I. Pág. XX.

(266) *Tábuas* cit. Pág. XI.

Quem percorrer atentamente as obras de Oliveira Martins breve se aperceberá de as suas ideias nem sempre estarem de acordo com os seus processos. Assim, nos livros históricos da 1.^a fase sempre a apoiou, como temos dito, em depoimentos de segunda mão, a despeito do estendal de obras consultadas e apenas a alguns volumes. Apreendida a matéria a expor, não é a exposição devidamente documentada como seria indicado. Como assinalou Moniz Barreto, ainda em vida do escritor, este não costumava fundamentar as suas afirmações com documentos, ou porque não o cresse necessário⁽²⁶⁷⁾ dada a feição vulgarizadora e crítica da sua obra, ou porque principalmente trabalhava sobre elementos colhidos em segunda mão nos especialistas. No programa da «Biblioteca de Estudos Sociais», publicado em 1879, escreveu:

«Tãopouco as investigações eruditas se coadunam à natureza da nossa publicação, destinada a compendiar as conquistas feitas no domínio da ciência, e não a embarcar-se em empresas de exploração no campo da arqueologia».

Muito cedo se deixou subjugar pela ideia de a História dever ser constituída por uma exposição narrativa e artística, para que o seu espírito propendia naturalmente. E nenhum dos seus livros o demonstra tão exuberantemente como a *História de Portugal* que, nas suas próprias palavras, é «uma espécie de pintura mural onde a tragédia portuguesa se desenrola, na sucessão dos seus momentos épicos»⁽²⁶⁸⁾.

Abriu, porém, o escritor uma excepção nos últimos trabalhos de carácter biográfico, para os quais, dissemo-lo já, consultou numerosa documentação, ao ponto de, nas notas, fazer transcrições completas de documentos inéditos ou pouco conhecidos. Como já se disse, a erudição do historiador era, assim, de segunda mão; o facto nada tem, porém, que ver, afigura-se-nos, com a orientação imprimida à sua obra. Dados os pressupostos das ideias desde a mocidade defendidas, e também o seu temperamento, se tivesse forrageado nas fontes dos arquivos portugueses, não poderia, é certo, ter deixado obra tão valiosa e tão vasta; o que escreveu, porém, embora creíamos viesse a revestir mais equilíbrio nas suas partes, pouco poderia ter-se afastado do que hoje possuímos.

(267) Já salientámos que O. Martins, para fundamentar ou desenvolver muitas das suas afirmações, envia o leitor para outras obras suas onde os assuntos são ventilados.

(268) *A vida de Nun' Álvares* cit. Pág. 5.

Se se considerar historiador aquele que, sobre base documental ergue uma obra e dá a explicação desenvolvida de certa época ou certa figura fazendo-a ver objectivamente no seu tempo e no seu meio, talvez não se possa dar esse nome a Oliveira Martins: faltava-lhe essa cultura especializada que só o tempo dá e levou Mommsen, por exemplo, a reconstituir a vida romana em todos os seus pormenores, as suas figuras representativas em toda a sua grandeza, um conjunto de séculos (do fabuloso Rómulo até Júlio César) em toda a sua majestade cheia de policromia. Mas, por carecer de intuição artística, e sem o apurado gosto que está na base da obra de todo o artista de raça, a sua reconstituição é fria, tal como se reconstitui a vida prè-histórica, a egípcia, a assiro-caldaica nos museus da Europa e da América, com figuras de cera, estátuas tantas vezes mutiladas e objectos desenterrados de necrópoles ou retirados do fundo das pirâmides onde jazeram séculos sem conta.

Oliveira Martins não foi, pois, o historiador erudito, por muito probo que fosse no seu trabalho; mas não o sendo, algumas vezes por força da sua intuição artística, superou os historiadores eruditos apoiados no documento ⁽²⁶⁹⁾.

Porque, como salientou Moniz Barreto, estava «apto pela imaginação pitoresca e pela razão abstracta a descrever e explicar o *meio* dos *sucessos* que narra», e também porque «a sua admirável imaginação psicológica «o habilitava» a ver o interior das almas individuais e colectivas que põe em cena» ⁽²⁷⁰⁾, preocupado pouco com o *meio* e muito com o *espírito*, ergue nas suas obras bem vivas as figuras que se lhe depararam no decorrer da sua larga digressão pelo passado. Ele próprio o reconheceu, ao escrever:

⁽²⁶⁹⁾ Da carta do Dr. Vitorino Magalhães Godinho atrás citada destacamos os seguintes passos: «Longe de pensar que O. M. se deixou embalar pela sua fantasia e descurou os fundamentos eruditos da sua obra, penso que não há nele mais erros do que em qualquer dos eruditos portugueses, e que se lhe devem progressos muito efectivos no próprio conhecimento pormenorizado das épocas». E mais adiante: «A maior parte das erratas que se fazem à obra histórica de O. M. parece-me assentarem só em equívocos e distração (exemplo: o reinado de D. Maria I) na leitura dessa obra. Nada esteia o lugar comum de que as explicações apresentadas por O.M. são de jaez romântico e precipitado. Para mim é a O. M. que devemos o primeiro esqueleto interpretativo sério e inteligente da nossa história, o qual moldou profundamente mesmo os que atacam O. M. (exemplo: Basílio Teles e António Sérgio) e foi aceite por um Alberto Sampaio. A tal esquema interpretativo ainda se não substitiu outro melhor».

⁽²⁷⁰⁾ Ob. cit. Pág. 203.

«A história tem nos caracteres, como a pintura do retrato, o seu terreno de eleição; porque o homem, com as suas crenças, ideias e até preconceitos e fábulas, foi o construtor da sociedade. Não existe matéria de história, quando não há caracteres acentuados: assim sucede nos tempos obscuramente primitivos das civilizações e também nas épocas não mais claramente colectivas dos nossos dias, em que tudo volta ao princípio. Há então apenas factos e matéria própria para escritos didácticos, análogos aos referentes à natureza inorgânica ou animal, por isso mesmo que na sociedade influem exclusiva, ou soberanamente, as forças democráticas, operando como elementos naturais»⁽²⁷¹⁾.

Na História via o escritor uma vasta arena,

«onde o artista e o erudito, o pensador e o crítico se encontram e se confundem, o jurista para indagar com escrupulo, o psicólogo para analisar com subtilidade, a história, se não é a forma culminante das manifestações intelectuais do homem, é sem dúvida a mais complexa e a mais compreensiva»⁽²⁷²⁾.

Cativado, assim, pelos caracteres, criou uma admirável galeria de «tipos», que vão desde o próprio selvagem, nosso remoto antepassado, esse antropóide ainda não inteiramente humano, mas já não de todo símio, até ao espírito complicado de D. João II, passando por Alexandre, Cícero, António, César, Aníbal, Camões, Loiola, Afonso Henriques, Pedro o *Crú*, o Rei *Formoso*, o Mestre d'Avis, Nun'Álvares, os Infantes da «ínculta geração», o Marquês de Pombal, os Braganças, os homens das lutas da Liberdade e também outros, todos os quais o escritor ergue perante os leitores como autênticos seres vivos, movendo-se no seu meio com a mesma naturalidade com que nós próprios nos movemos no nosso, com as suas paixões, os seus ódios e os seus ideais, próprios dos homens de todos os tempos. Verdadeiros? perguntámos noutra lugar: nem sempre, é certo, mas talvez mais do que isso: verosímeis. E é isto que constitui a pedra de toque da «imaginação psicológica» do historiador-artista⁽²⁷³⁾.

Se os fenómenos sociais nem sempre os encarava Oliveira Martins à luz de uma objectividade serena; se em tantas circunstâncias tirava

(271) *Os Filhos*. Pág. VI.

(272) Pág. VII.

(273) «A história há-de ser sempre uma ressurreição: e o processo artístico ou sintético ser-lhe-à sempre adequado». (Pág. VI).

ilacções sem fundamento e erguia toda uma teoria sobre bases pouco sólidas ou mesmo frágeis; se procurava fazer avultar pormenores secundários, insignificantes mesmo para justificar uma tese ou simples afirmação, porque assim o exigia a «sua» teoria, deixando na sombra ou em plano remoto aquilo que, na realidade era significativo; nem por isso o podemos considerar menos probo no seu trabalho, antes lamentar a obnubilação momentânea de visão, tão clara em tantos outros casos ou circunstâncias.

Para o estudo de uma figura histórica ou de uma época, partia o escritor com pensamento preconcebido, muitas vezes tocado de um pessimismo manifestado através de quase todas as suas obras e o levava a menosprezar os aspectos realçáveis de um «tipo» para se comprazer em carregar as tonalidades já sombrias. Foi esse pessimismo, já a despontar no *Helenismo*, que prejudicou grande parte da obra martiniana, notável sob tantos aspectos e, com pouquíssimas excepções, podemos considerar única na literatura portuguesa. É verdade que, aqui e além, cai na retórica, mas o conjunto da obra releva-o bem de tal defeito.

Quando, porém, entra na interpretação do pensamento de qualquer individualidade, quando se propõe estudar a alma de uma personagem, sente-se o escritor perfeitamente à vontade. Aí já não é o historiador quem fala, porque todo o historiador é cauteloso na interpretação dos actos de homens do passado mesmo quando revelados nas autoridades coevas; é simplesmente o artista criador e admirável, evocador feiticeiro de tantas figuras históricas.

Por força dessa «intuição psicológica» exercida quando evocava homens do passado enquanto era, por outro lado, obrigado ao convívio com os do seu próprio tempo, essas figuras revelam por vezes reminiscências de outras contemporâneas do escritor, que, como lhe escreveu em carta Eça de Queirós, «insensivelmente transporta para o homem do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiravam os homens da véspera». Oliveira Martins frequentemente corporizava em homens de outras eras outros com quem ele contactava. Insensivelmente, o artista sobrepunha-se ao historiador e deixava-se dominar por preconceitos contra as figuras que pretendia descrever e visionava em contemporâneos seus. Por isso em muitos passos de obras suas encontram-se paralelos, nem sempre felizes. Na *História de Portugal* escreveu:

«As comparações ilustram superiormente a história; e em nossos dias temos exemplos de semelhança quase absoluta. Esses

principados eslavos, onde a ocupação da Turquia jamais deixou de encontrar resistências, são como foram a Espanha. O Montenegro reproduz as tradições das Astúrias, ninho dos bandidos de Pelaio; a Sérvia ou a Herzegovina, em cujas campinas avassaladas pelos turcos, as quadrilhas dos indómitos montanheses vêm periodicamente fazer as suas razias, são como foi Portugal»^(273 a).

Este sistema de comparações, algumas vezes forçadas e apenas assinaláveis na visão do autor, se por um lado oferece a vantagem de dar vida à história, ou antes aos factos históricos que se apreendem numa continuidade esclarecedora, pelo outro lado é prejudicado aos olhos de muitos leitores que, por ignorância da semelhança assinalada, não alcançam a relevância dos factos. Assim, na obra citada, ao referir-se ao fraccionamento do chamado império de Afonso VI de Leão após a morte deste, escreveu:

«Como os generais de Alexandre, os príncipes da Península retalham o manto de imperador; e a Idade-Média, tão fantasiadamente pintada com traços de nobreza e galhardia, não é de facto menos corrupta e asquerosa do que a idade dos sátrapas do Oriente^(273 b).

Na *História da República Romana* é frequente a comparação de situações de crise na Urbe com outras ocorridas na França do século XIX. Já na Introdução salienta as semelhanças entre o capitalismo romano e o do século passado, situações em que vê profundas afinidades, pois nesse século também se vivia «no seio de um capitalismo plutocrático, também no seio da igualdade plena civil e política», com a única diferença de em Roma o capitalismo se ter constituído «depois de conquistada a igualdade política», enquanto na Europa do século XIX «se fundou com as descobertas ultramarinas em pleno regime das monarquias aristocráticas, transformadas por ele em absolutismo, e só três séculos depois viemos a conquistar instituições democráticas». E continua:

«Em tudo o mais a situação é idêntica: as plebes proletárias levantam-se contra as classes dirigentes dominadas pelo sentimento mais ou menos claro de que a igualdade política é uma

^{273 a)} 103.

^(273 b) Pág. 59.

ficção, enquanto não for sancionada pela equiparação da riqueza. Formam-se as grandes cidades: Roma é como Paris, um foco de agitações demagógicas; Mário em 667 é como os dias de Junho de 1848, que tiveram em Cavaignac um Sila; as guerras dos escravos com os seus incêndios e morticínios têm uma reprodução na Comuna de 1871 feita pelos proletários desvairados»^(273 c).

Na mesma Introdução compara a aclamação de César às de Cromwell, Napoleão I, Napoleão III e Guilherme de Orange, e Gambetta esteve também a ponto de ser aclamado, «se os catilinários de Paris em 1871, não tivessem sido afogados em sangue por esse outro Cícero que se chamava Thiers»!

A figura de Cícero sai muito mal-ferida das mãos de Oliveira Martins, que, por diversas vezes o compara a Adolfo Thiers, por quem o escritor nutria antipatia muito particular.

Os romanos dos primeiros tempos eram «uma gente forte, sem dúvida como ninguém, mas nada amorável e por isso pouco simpática: uma gente bisonha, crente e pertinaz», que o escritor logo compara «à nossa gente portuguesa até ao século XV, aos burgueses que fizeram D. João I e aos soldados que conquistaram a África marroquina».

No *Portugal contemporâneo*, em que tais comparações são frequentes, em certo ponto estabeleceu o paralelo entre a revolução liberal que elevou D. Maria II ao trono, e a do final do século XIV que aclamou rei o Mestre d'Avis:

«Também o Mestre e os seus partidários se agitaram com vária fortuna, mas sem consciência decisiva do movimento que executavam, até que a espada de Nun'Álvares e o juízo do grão doctor João das Regras vieram dar inteligência e força à campanha e à revolução. A D. Pedro cabe de certo a herança do Mestre d'Avis, cujos defeitos e qualidades herdou, Palmela parece-se bastante com Álvaro Pais; Saldanha pode sem grande esforço considerar-se o Nun'Álvares; e Mousinho é sem dúvida alguma, o grão-doctor da revolução dinástica do século XIX!»^(273 c).

Por outro lado, a situação portuguesa emergente da guerra civil serve-lhe de pretexto para estabelecer outro paralelo com a situação em França após a queda de Luís Filipe. Mas Portugal

«caminhava mais depressa do que a França: a república de 48 tivera-a em 36, e o império de 52 vinha sendo declarado desde 49: era a tradução real da palavra nova REGENERAÇÃO» (273 d).

As equiparações dos «tipos», também frequentes, têm, como já salientámos, algo de forçado. Por exemplo, a figura de Pompeu, que Oliveira Martins pinta como «bom soldado, hábil *sargento*», parcia-lhe a dum homem medíocre, acrescentando que se não parecesse «talvez impróprio, chamar-lhe-íamos o duque de Ávila e Bolama de Roma». O símile é forçado: nada havia de comum entre o «grande» romano e o condecorado duque senão a vaidade (aliás apanágio de outros generais romanos).

Na mesma obra insiste por duas vezes em comparar Rodrigo da Fonseca com o Duque de Morny, enquanto no espaventoso Saldanha via um Saint-Arnaud, que, com Morny, preparara o golpe de Estado para Luís Napoleão.

Como explicação do seu *processus*, que Eça de Queirós lhe censurara na carta atrás citada, respondeu Oliveira Martins que para compreender os homens do passado é necessário ter convivido com os do presente.

«Em primeiro lugar o homem não se estuda senão *in vivo*. A natureza é pouco fértil em combinações e com a diferença dos tempos os tipos repetem-se. Os homens de qualquer época têm na actualidade os seus retratos. Por isso, tomar a observação dos indivíduos vivos como critério para a apreciação dos mortos é processo aconselhado e seguido pelos mestres Mommsen e Renan».

E acentuando que «para que se possa conhecer os homens mortos com o conhecimento dos vivos, é necessário chafurdar na verdade, na política, nos negócios», assegurando ao amigo «que se não tivesse intervindo na vida activa nunca poderia ter escrito *Nun'Álvares* e muito menos os *Filhos de D. João I*» (274).

Evidentemente que o critério do historiador não é absoluto. Toda-via, a aceitar-se a sua tese, forçoso seria admitir que a história interpretativa só estaria reservada aos políticos profissionais, os quais, na sua maioria, falham nos seus juízos respeitantes ao passado e, fre-

(273 d) Pág. 282.

(274) *Correspondência* cit. Pág. 766.

quentemente, ao presente. O político faz, muitas vezes, a história; falha, porém, ao escrevê-la. Porém, a afirmação do escritor vale como depoimento.

Nas *Tábuas de cronologia* (1884) expõe Oliveira Martins *in extenso* as suas últimas ideias acerca da História universal, pronunciando-se contra esta expressão por achá-la incorrecta. Se, por um lado, nem todas as civilizações são abrangidas em geral pelo âmbito das obras intituladas de «História universal», pelo outro lado, há a acrescentar a nossa ignorância relativamente a muitas civilizações desaparecidas, de que apenas restam raros vestígios. No tempo do escritor a arqueologia encontrava-se ainda na infância e bom número de factos, hoje conhecidos, eram então ignorados, como as descobertas surpreendentes que há poucos anos vieram revelar a civilização suméria. E se já se conhecia razoavelmente a história civil, política e religiosa dos Egípcios, tal conhecimento foi amplamente alargado com as descobertas do nosso século.

«A história — escreve — começa com a barbárie: quando as individualidades a destacam do movimento primitivo, quando o grau de consciência atingido pela sociedade leva à redacção das leis, à definição dos dogmas e à individualização da autoridade colectiva passando das mãos dos pais para a mão do chefe, do rei. A personalização simbólica da sociedade traz para o foro nacional as paixões dos indivíduos, e deste facto nasce o carácter dramático da história: os sentimentos de um homem tornam-se paixões de um povo, e vice-versa. Podemos, pois, dizer que o período histórico das sociedades corresponde àquele em que elas se acham divididas em *governantes* e *governados*. Antes, no crepúsculo da inconsciência selvagem, não existem dramas; depois, na consciência mais ou menos clara das idades civilizadas em que a vida social torna a ser colectiva e anónima, também nesta esfera se observa um regresso formal aos estados primitivos: não há história, porque não há drama, há porém factos, anais, registos, memórias».

Mais adiante prossegue:

«Mas esta explicação não basta, embora seja a principal. É evidente que a temos de completar com a confissão da nossa ignorância, pois necessariamente tiveram história esses estados que no Tigre e no Eufrates precederam os assírios, e sobre os quais hoje a erudição tanto se tem fatigado; esses estados da

América, impérios dos asteques, dos chilcas, dos aimaras, desde o México até ao Perú, que nós europeus apenas conhecemos quando os destruímos; esses estados bárbaros que no centro d'África, ao sul do Saará, a raça negra mais ou menos cruzada de sangue hamita ou semita, constrói e ao que parece derruba com uma instabilidade semelhante à do clima tempestuoso dos trópicos».

Depois:

«Esta confissão de ignorância é o primeiro argumento contra o sistema de história universal ou 'filosofia da história' que, pretendendo unificar e incluir numa cadeia de regras e leis as histórias de todas as colónias humanas espalhadas sobre a terra, têm de forçosamente deixar de parte um sem número dessas sociedades cujos fastos nos são absolutamente desconhecidos. Quer o princípio orgânico de um tal sistema de história seja transcendente ou *providencial*, quer se funde apenas no determinismo de supostas leis naturais, o que é equivalente para o nosso caso, o sistema será sempre quimérico se julgar ser científico, pretendendo incluir todos os povos ou nações a proceder indutivamente. Procedendo de outra forma, usando da adivinhação metafísica, e impondo a sua descoberta à realidade, a filosofia-da-história (discutível sempre como filosofia) não cai porém sob o domínio desta crítica: poderia desconhecer as histórias não só de muitos senão de todos os povos, e nem por isso seria menos verdadeira — daquele grau e daquela espécie de verdade compatível com especulações de tal natureza» (275).

Reconhece o autor que «a noção de uma história universal, com solidariedade, relações e sincronismo, entre todas as colmeias humanas dispersas sobre a terra, é uma quimera». Admitindo mesmo que o não fosse,

«seria impossível a construção de uma tal ciência, vista a nossa ignorância da história de um número muito considerável de colmeias ou sociedades de homens. Mas daquelas mesmo que conhecemos, inferimos o facto da não existência de relações, o facto da independência absoluta, podemos dizer assim, dos seus desenvolvimentos particulares. Que lugar compete, com efeito, à

(275) *Tábuas*. Págs. VI e VII.

China na ordenação sistemática ou científica das sociedades humanas? Que relações são as suas com as civilizações ariano-semitas ou indo-mediterrâneas? Que papel distribuir às civilizações dos malaio? às dos negros? aos estados americanos que nós apenas conhecemos pelo modo como foram destruídas? Abra-se com efeito, qualquer dos livros clássicos, medite-se sobre os arranjos sistemáticos, leia-se o célebre *Discurso de Bossuet*, ou a obra de Herder, ou a de Hegel, e veja-se se porventura há resposta para estas perguntas simples e óbvias» (276).

A extensão da chamada «história universal» tem-se, afinal, resumido «a um acanhado pedaço de terra, e a humanidade aos europeus» (277), tal história se tendo limitado à «história das campanhas e vitórias, sucessivas do ária, desde que assentou na Europa, até que conquistou para si quase toda a Ásia, parte da África e a América e a Oceânia inteiras». É esta a verdadeira história universal, por ser

«a história do progresso de um povo, no desenvolvimento homogêneo da sua cultura, na expansão crescente do seu número e da área submetida ao seu domínio. Que importam, neste sentido, as histórias particulares dos americanos, dos malaio, dos africanos, pois se sabe ou se confia em que o destino final do mundo é cair todo sob o império ariano? Por isso as histórias dos povos não-arianos só nos interessam e só são dignas da nossa atenção, quando a sorte põe qualquer deles em contacto com essa civilização soberana que ou há-de submeter ou exterminar» (278).

Eis porque todo o sistema da história universal assenta

«no desenrolar épico da marcha conquistadora dos arianos, submetendo a si ou exterminando todas as colmeias de socieda-

(276) Pág. VIII.

(277) Pág. XIII. Recorde-se que no tempo de O. Martins, e para se compreender a espinha dorsal do pensamento do historiador, apenas se esboçava a história dos povos orientais até então desconhecida. A própria história de Cartago só se conhecia no que tivera de conexão com a história de Roma como consequência das Guerras Púnicas. Da civilização dos Maias e dos Quichuas não havia notícias em relação aos tempos anteriores à chegada dos Espanhóis. Da própria história helénica conhecia-se muito superficialmente a importante civilização miniana ou cretense, parte de cujos segredos começaram a desvendar-se no nosso século.

(278) Pág. XIV.

des humanas, por isso que de todas as variedades de homens, a ariana é a mais completamente dotada — dotada sobre tudo da faculdade eminente da assimilação, que equivale, como vinhos, à vitória».

Racista *avant la lettre*, cria Oliveira Martins na superioridade das raças cuja missão é dominar as inferiores. Nem Hitler, nem Himmler, nem Goebels leram jamais o nosso historiador, de cuja existência nem sequer tiveram notícia. Destilam tais ideias influências da leitura das obras do conde de Gobineau? Cremos que o historiador não as leu, pelo que aventamos que o seu pensamento deve ser original, fruto da sua reflexão. Levadas, porém, às suas conseqüências extremas, virão ter em linha recta às que forneceram os temários sobre que assentou a política social do *Herrenvolk*:

«Inconvertível, o semita sentado nos pórticos do seu templo destruído, morreu chorando a sua miséria; silencioso, o hamita desapareceu na sua mudez; dominador da concorrência vital dos povos, o ariano imperaria universalmente se não existissem ainda quinhentos milhões de chineses — uma terça parte da população do mundo, ocupando uma região abençoada no ponto central da terra»⁽²⁷⁹⁾.

E abalançando-se a profetizar, ainda que cautelosamente, continua:

«Todavia, se as previsões são lícitas perante os acontecimentos, é de crer que na grande batalha que ainda resta ferir, na última luta do ariano e do mongólico, não será deste a vitória final: também o turco por um momento ameaçou a Europa, mas não vem longe a era em que do império turco restará apenas uma lembrança distante como a dos impérios de Sarai e de Zagatai».

Muito seguro dos seus pressupostos, prossegue firmando o seu pensamento:

«Não podemos tão pouco supor que o europeu fique diante da civilização chinesa naquela atitude em que ficou outrora o

(279) Pág. XVII.

grego bárbaro perante o Egipto, pois além de que nada temos a aprender com a China, é ela que para sua defesa adopta os nossos navios, toma de empréstimo os nossos capitães e compra as suas armas nas nossas oficinas. E em toda a nação a que o estrangeiro — o inimigo! — prestou os meios de defesa, esse estrangeiro breve se tornou imperante».

Curioso é que o historiador nem uma vez se refere, sequer de passagem, ao Japão, onde então se processava uma transformação radical, política e económica, que dentro de breves anos daria origem ao *slogan*, muito glosado até à I Grande Guerra, do «perigo amarelo». Não viveu o bastante para chegar a ver o esmagamento da China pelo Japão, precisamente no ano do seu falecimento em 1894. O leitor atento e com conhecimento da história do nosso tempo, terá por certo depreendido até que ponto o historiador errou, mesmo que lhe ocorra ao pensamento a profunda revolução operada na China no decurso dos últimos 30 anos.

O cap. I do seu ensaio termina com um hino de esperança no futuro da família ariana, da qual nenhum ramo «apresenta um domínio comparável, numérica e geograficamente, ao russo e ao inglês», a seguir aos quais «estamos nós, senhores das costas fronteiras, ocidentais na Europa e África, orientais na América austral, (...) nós hispano-portugueses, colonizadores e descobridores de outros tempos». Com 20 milhões na Europa de então, «somos o dobro na América». E se somos inferiores em número ao Russo e ao Anglo-Saxão também o somos geograficamente, pois «apesar da vastidão dos nossos domínios, a sorte não foi propícia dando-nos em partilha essa metade austral do mundo» que é «a menos adequada para a propagação da raça indo-europeia e acaso até da própria espécie humana» ⁽²⁸⁰⁾.

No capítulo imediato procura Oliveira Martins demonstrar o erro dos que crêem no progresso indefinido, «igual, sem acidentes nem catástrofes», pois «a evolução resulta de uma sucessão de revoluções mais ou menos aparentes». E cita casos em que a evolução histórica de algumas civilizações foi detida por factos anormais que, quando as não fizeram desaparecer, lhes travaram o progresso. Após considerações acerca da vária fortuna de alguns povos da Europa, onde o historiador encontrou fundamentos para defender a sua teoria, salienta como o povo romano criou «um tipo de organização social nova, original, que, tomando por forma a federação helénica, passa da hege-

(280) Pág. VI e XXII.

monia à assimilação, e cria, não uma liga das cidades italianas, mas uma nação romana», teoria que defenderá com entusiasmo, na *História da República Romana* em que então trabalhava.

Nesta teoria se encontra o germe, melhor dizendo a essência da ideia que vai em breve defender na arena política e falhará redondamente, mas *à la longue* enformará o pensamento da reacção política em Portugal a partir de 1928. Já no regime imposto por Alexandre às cidades helénicas viu Oliveira Martins um «cesarismo militar» que compara ao que a Prússia militarista impôs em 1871 à Alemanha federal. A mesma força que permitiu ao filho de Olímpias vencer os Persas, permitiu a Guilherme I destruir o império francês, chegando mesmo a afirmar que na idade moderna «o segredo da grandeza da França deve basear-se na sua organização monárquica e *cesarista*». À Espanha «o imperialismo redivivo deu também por um momento o governo da Europa», e no império inglês, «tão semelhante a Roma no desenvolvimento orgânico das suas instituições» encontra «uma oligarquia aristocrática» análoga à da República Romana, que, «em virtude da força que lhe dá a singularidade do seu sistema no meio dos sistemas nacionais europeus», faz «o que a nenhuma nação da Europa tem sido lícito».

Como conclusão, aventa:

«Quando a Europa, com a agitação das suas plebes proletárias, se assemelha por tantos lados ao império dos Antoninos, não surpreende que a política protectora do cesarismo socialista se levante como o tipo mais adequado de governo das grandes nações».

Acaso o antigo entusiasta de Proudhon e do seu socialismo «utópico» estaria a «guinar» para a ideologia marxista com a sua «Ditadura do Proletariado», no objectivo de construir o Socialismo? Se o pensamento martiniano rondava o Marxismo teria sido *à son insu*, ou, possivelmente, coincidência fortuita: o seu caminho era o do engrandecimento do Poder real, que iria constituir o objectivo da acção do futuro rei D. Carlos e teria o seu epílogo trágico na tarde de 1 de Fevereiro de 1908.

Apesar de tudo, o historiador continua convictamente (e erroneamente) a falar em democracia e, de modo a causar surpresa aos que lhe estudam a obra, em «democracia romana», que, por um concurso de causas, por ele enumeradas, é reproduzida pelas nações europeias, embora tal tipo europeu de democracia seja

«incomparavelmente superior à Antiguidade, por isso que abraça em si todos os ramos da família europeia, por isso que exprime os sentimentos assimilados por ela do génio semita, por isso que é, já agora *universal*, ao passo que a democracia antiga particular dos povos latinos, apenas exprimira o génio forte mas limitado do romano, educado pela inteligência subtil do grego».

Profundamente imbuído do espírito severo do Romano, por quem concebeu uma admiração progressivamente aumentada de obra para obra, essa admiração resultou de não ter encontrado nenhum povo que, como o romano, mostrasse

«com efeito no mundo um instinto social tão grande: por isso nenhuma história se presta ao estudo do desenvolvimento orgânico das colmeias humanas como a romana, a história típica em torno da que todas as outras gravitam como esboços ou como cópias, como rudimentos ou como reproduções».

Logo adiante insiste com dizer que os «traços essenciais da história romana encontram-se pois com as de todos os demais povos». Assim como o naturalista em todos os grupos de animais encontra o mesmo desenvolvimento orgânico dos instintos e artes, e o zoólogo, quando pretende estudar os costumes das abelhas vai escolher uma colmeia perfeita e típica», assim «o *monólogo*, ao querer estudar o desenvolvimento orgânico das sociedades humanas, escolhe um exemplo perfeito e típico. Esse exemplo é Roma»⁽²⁸¹⁾.

A história de Roma termina como tem terminado «a de todas as sociedades que vão paralelamente até ao fim, sem pararem na evolução». E quando desaparecem «todas as autoridades simbólicas», os deuses passaram e se dissiparam as sombras do passado, ao afirmar-se «na opinião comum o querer social, como o único fundamento da autoridade, (...) surgem problemas que estavam subalternizados, ignorados e mitigados por todas as instituições tradicionais, simultaneamente dominadoras e protectoras», sendo um deles a questão social. Citados dois passos idênticos de Aristóteles e Maquiavel, volta a recordar que «o princípio de toda a evolução social (...) é a igualdade» e «o signo do progresso está na equalização crescente das condições dos diferentes membros da comunidade».

(281) Pág. XXXVI.

Depois de ter atingido o período democrático, «Roma degenerou, sem poder achar a fórmula e a solução do problema» tendo-se lançado no cesarismo, daqui «na orgia de conquistas que enriquecendo-a a corromperam» até ao momento em que os Bárbaros «vieram consumir e autenticar uma ruína já adiantada e filha de causas internas».

Há, porém, enorme diferença entre o império romano e os nossos tempos, sendo aquele restrito em área e número, e a civilização moderna universal. Hoje não há bárbaros a temer⁽²⁸²⁾, pois os que então havia «internados na África, nem são tantos, nem tão bem dotados que infundam a sombra de um receio». Faltava ainda dominar a China, mas daí não poderia vir o perigo, sendo os Chineses «gente culta, civilizada, e que teria atingido o período democrático se as nações abstractas fossem compatíveis com a capacidade mental dos mongólios».

Nada havendo a recear, «exactamente porque nos achamos quase no ponto de convergência das duas conclusões», ou sejam «a democracia como termo natural e necessário do desenvolvimento orgânico da sociedade ariana, e o império universal da nossa raça como termo também necessário do dinamismo histórico ou da concorrência das diferentes raças humanas povoadoras da terra», surgiu «o problema da ponderação das condições dos homens associados (...) para arruinar todas as democracias do passado», mas aparece agora «amplificado perante esta nossa vasta democracia de hoje para encher de susto e receio todos os que param a meditar sobre a sorte provável das coisas terrestres»⁽²⁸²⁾.

Duas saídas se lhe afiguravam possíveis para a resolução do problema: por um lado, após ter concluído a conquista do Mundo, «o ariano achará em si força para constituir a ordem na democracia», ou pelo outro lado, tendo vencido em todo o Mundo, a civilização ariana, «tomará por terra amesquinhada, acaso destruída, não por bárbaros de fora, mas pelos bárbaros que toda a sociedade tem em si — o vasto exército das plebes miseráveis!»⁽²⁸³⁾.

O leitor deve já ter notado o vago de certa forma de exposição de Oliveira Martins, o confuso que por vezes nele aflora (o que Antó-

(282) O historiador não podia prever que, ao contrário do que cria, no século XX viesse a dar-se um retrocesso espectacular no conjunto de ideias cujo somatório apelidamos de «civilização moral». Enquanto as espantosas conquistas no campo da mecânica e das ciências se processaram num ritmo quase alucinante, os princípios básicos da qualquer tipo de civilização *humana* foram deliberadamente esquecidos ou simplesmente espezinados, facto que, de certeza, provocaria o espanto e, sobretudo, a tristeza do historiador, tão confiante no progresso moral da Humanidade.

(283) Págs. XII-XXXVIII.

nio Sérgio, como ficou dito antes, salienta num dos seus ensaios) e, também, as contradições aqui e além por demais evidentes, enquanto, por outro lado, grande parte das suas conclusões proféticas foram frontalmente desmentidas pelos factos posteriores.

Dissemos já que Oliveira Martins não foi historiador erudito, trabalhando na base de depoimento de investigadores ou de especialistas. Todo o seu trabalho consistiu, até à fase final das biografias, repetimos, em tirar ilações dos elementos que colhia, lançando-se na crítica das ideias, dos homens e dos factos, pelo que *todos* os seus livros de história podem considerar-se interpretações críticas da história dum povo (*História da República Romana, História da Civilização Ibérica, História de Portugal*) ou duma época (*Portugal contemporâneo*), para não nos referirmos a outro sector como as religiões (*Sistema dos Mitos Religiosos*), a própria origem do homem (*Elementos e Antropologia*), a evolução das sociedades (*As Raças humanas e a civilização primitiva, Instituições primitivas, O regime das riquezas*).

Salientámos também que se tivesse de consultar os arquivos, ter-lhe-ia sido impossível deixar obra tão vasta e tão densa, mesmo abstraindo de a ter levado a cabo nos escassos intervalos que lhe deixavam as suas absorventes ocupações.

No declinar da vida introduziu alterações profundas no seu sistema de trabalho, dando lugar ao documento original e aos autores coevos dos factos estudados, que utilizou para redigir as biografias. Tomava então os seus apontamentos (naturalmente manuscritos, o que implicava demora), traçando previamente o plano da obra.

Henrique de Barros Gomes deixou-nos a prova do que afirmamos transcrevendo muitas das notas do escritor, que servem para o conhecimento da forma como trabalhava. Gizadas mentalmente as linhas gerais da obra, passava-as logo a escrito à brocha larga, focando os pontos nodais. Assim, uma vez planeada a série destinada a historiar a dinastia de Avis, traçou o plano dos volumes no seguinte esquema:

«EVOLUÇÃO (ADVERTÊNCIA) — *Nun'Álvares*. Afirmção e desabrochar sentimental dos elementos de uma nação nova. — *Filhos*. Eflorescência da nova geração. Acordar da inteligência criadora — *Princ. Perf.* Fruto: a política imperial e o império real. Descobertas — *Albuquerque*. A colheita. *D. Sebastião*. A senectude.

Daqui se conclui como o plano se alterou na execução, devendo ter-se iniciado com *A vida de Nun'Álvares* como deixámos já dito. Nestas breves notas encontra-se fixado o espírito que iria presidir à sua execução.

Noutra nota estabeleceu o historiador o paralelo entre Nun'Álvares, «encanto, simpatia», e D. João I, «admiração», seguindo-se um sucinto comentário, chave de toda a obra.

«Só na guerra pode haver *homens inteiros*; na política a duplicidade é constitucional — O herói e o estadista — Dois exemplares de primeira grandeza dos dois géneros».

Mais numerosos são os relativos ao *Príncipe Perfeito*, cujo esquema geral se segue:

«The right man in the right place — O plano: 1.º *União ibérica* — falha! — 2.º *Descoberta da Índia*. Pléiade de gente — Guerra de África. Naveg. da Guiné — Esc. de Matemática — Behaim, etc. Trat. de Tordesilhas — morre!

Esboço do plano adiado em Toro. Convenção com Castela.

Para o executar olha e vê-se inerte. O rei nada. Luta com a nobreza. Poder assente sobre cadáveres.

A polícia».

Seguem-se as notas, mais pormenorizadas naturalmente, através das quais se pode verificar como se iam multiplicando os fios da rede que constituía a tela sobre que se teceria a obra.

CHAVE DA INTRIGA — O Católico e D. João II temiam-se reciprocamente. Respeitavam-se. Podiam pois entender-se. Entretanto competiam. INSTRUMENTOS — D. João II: *A excelente senhora* — Católico: *O Duque de Bragança*, títere para fomentar a desordem interna — Mortos Bragança e Viseu, o Católico, sem descendência, vê que se podiam entender. Pensamento comum: a união ibérica. Ambição de D. João II desde Toro (o imperialismo importa a unidade geogr.) — Casamento 1489. O drama dura 13 anos — 1476 (Toro), 1489 (casamento)».

Seguidamente são as notas relativas à evolução da «intriga»:

«*Crescendo*: (ambição humana) — Para com a Espanha — Cortes — Mina — Duques mortos — *Culminação*: (optimismo) —

Casamento filho Império universal: Índia — *Decrescendo*: (castigo transcendente) — Morte do infante — Colombo (Índia) — O inimigo herdeiro — O veneno nas veias».

Para o estudo do carácter do Rei estabeleceu três momentos:

«1.º mom. O rapaz — Toro.

2.º mom. O homem — Setúbal — execução do duque de Viseu.

3.º mom. O cristão — morte».

Mais duas notas se seguem sem importância de maior, até surgirem outras, já não esquemáticas do plano, mas considerações gerais a desenvolver no corpo da obra. Tendo coligido uma série de documentos relativos às Cortes de 1481, o historiador nela inseriu as reflexões que se transcrevem:

«Pela primeira vez o povo, *sabendo o que quer*, vem diante do rei, *o seu protector*, e acha nele apoio franco, respostas abertas».

«Das cortes de 1481 se vê o pouco êxito da instituição, pois apesar delas a desorganização provocada pela fidalguia continuava tudo. Palavras, promessas reais vãs. Era necessário um tirano que quebrasse o poder dos fidalgos: D. João II».

«O rei, o protector dos povos, a ele recorrem para que os defenda dos nobres, dos fidalgos, dos juizes. Faça-se absoluto, reveja os forais, avoque a si os padroados das igrejas, tome o mestrado das ordens, etc.».

«As cortes de Évora, 1481, são o pacto da aliança do rei soberano e do seu povo. O tirano fica sabendo o que o povo quer. Investido no poder, demite as cortes».

Noutras notas, volta a esquematizar passagens do plano:

«D. João II — desespero da solidão — Ninguém com ele — A mulher, ligada aos irmãos e cunhados — preciosa, com remosques, sempre despeitada — Ele *superior* e *rei*: ela *senhora* e *fidalgua* apenas — A irmã beata, não queria saber de nada — Por isso o seu refrigerio era a casa de Ana de Mendonça sua amante, mãe de seu filho».

«O rei cômico da força da sua *superioridade*, aguçado por tudo: os cunhados, os Braganças e os fidalgos eram o reino. Ele um intruso. A rainha do partido contrário. Submissão intermitente: ares e humildade, caridade (Xabregas, Caldas)».

«D. João II beato (cilícios) ao mesmo tempo que político. *Si Deus pro nobis quis, etc.* — Contrastos trágicos na morte — Ironia fúnebre: cadáver Viseu: *calembourg*. — *sensibilidade* espontânea, chorar pronto».

«A Expedição da Índia, pronta: As naus nas carreiras da *Ribeira* — Behaim dando cartas o astrolábio, etc. — Os matemáticos da Escola. — A plêiade palpitante: — Bartol. Dias — Diogo Azambuja — Vasco da Gama — Paulo da Gama — Afonso de Albuquerque — Duarte Pacheco — Diogo Cão — D. Francisco d'Almeida — Em Alvor o rei agonizante — O apito que souo foi o de outra viagem — a da Morte!»

Há uma nota a lápis onde Oliveira Martins distinguia os diversos fundos do cenário pela forma seguinte:

- a) o misticismo personalizado em D. Joana.
- b) a política, as descobertas, o rei e a sua corte.
- c) o amor, incarnado em D. Ana de Mendonça, abrasando em ciúme a Rainha D. Leonor.
- d) os partidos políticos, sectários do absolutismo nascente, do cesarismo firmado na afeição da plebe, ou defensores dos privilégios e imunidades da nobreza de sangue».

Noutras notas fixa ideias e doutrinas a defender e desenvolver no decurso da obra:

«acentuar a diferença entre o *individualismo* natural e o humanismo da Renascença — plena expansão da força pessoal. O *homem* é uma realidade; o *indivíduo* uma abstracção. Por isso a Renascença, idade dos heróis, é a época do imperialismo, ao passo que o regimen *colectivo* do individualismo leva direito às revoluções comunistas e socialistas».

«A ideia de *protecção*, base do Cesarismo, desaparece perante a do direito que é insuficiente».

«O rei julga-se encarnação da justiça. É maior que um homem, é uma revelação. Os seus actos (quando não determinados por acções humanas) estão superiores à lei.

Por isso D. João II acreditava ser bom e justo, apesar de assassino. Pessoalmente era virtuoso. Tantos inimigos e sem uma acusação de vícios. Tudo fazia por bem.

D. João II: o primeiro que define a fórmula o *carácter* do rei moderno. Para D. João II era *uma carga*, um *dever*. Para D. João II é o exercício irresponsável, absoluto e infalível de uma força. Instrumentos: dissimulação, astúcia, polícia, por isso crueldade.

O principado é uma monstruosidade natural. Desdobramento do *eu*. O *eu* subjectivo, o *eu* político, ou artístico. A sociedade e os homens alvo do primeiro, que por isso se considera superior à moral. Por isso todo o *príncipe* é pessoalmente imoral. É *perfeito* quando a ideia geradora da *obra* é justa e bela, ex.: D. João II, Augusto; é *monstro* quando a *ideia* é incoerente, absurda ou satânica, ex.: Nero».

«Plano D. João II magnífico, porque era o *império universal*. Impossível, circunscrito por D. Manuel a Portugal, é absurdo. O Ultramar devora-nos, homens, sangue, costumes. Temos de cumprir uma missão, mas que é holocausto».

«O seguimento da folia. *Memento!* Morte do príncipe. Dó universal. Deus dispõe. O pecado do orgulho, Cesarismo, divinização. Quase satânico. Mito da queda dos anjos. Fecha-se o paraíso».

Por estas notas pode concluir-se que o escritor não perdera o seu pendor para a dramatização dos factos, mesmo quando se esforçava por fazer história documentada e objectiva. A portentosa imaginação visual do grande escritor⁽²⁸⁴⁾ não se limitava, não podia, a narrar. Ia muito mais longe da simples e aparente interpretação: visualizava homens e factos. Era «a história vista através de um temperamento»⁽²⁸⁵⁾. Desta forma deve interpretar-se para se evitar cair no

(284) *As questões morais e sociais na literatura*. III — OLIVEIRA MARTINS (o artista), por Câmara Reys. Lisboa. 1946. Pág. 39.

(285) Fidelino de Figueiredo, *ob. cit.* Pág. 65.

fácil erro de se considerar o historiador um falsificador da História como já se lhe chamou (286).



Qual foi a influência de Oliveira Martins como historiador? Até que ponto foram justas as suas apreciações de factos, ideias e homens do passado, designadamente da nossa própria história?

Dividem-se, como sempre, as opiniões que, na sua quase totalidade, pecam por apaixonadas, quer do ponto de vista positivo, quer negativo. Baseados no conhecimento directo da obra do Mestre ilustre, podemos afirmar que os malefícios da sua obra histórica, se assim podemos chamar à sua visão pessimista da história portuguesa, não têm aquela extensão apontada por alguns críticos. A crítica martiniana à nossa administração na Índia, por exemplo, estava feita havia dois séculos, e em linguagem muito mais violenta no *Soldado Prático* de Diogo do Couto, podendo até considerar-se muito anterior com a poesia célebre de Camões escrita *in loco*. A interpretação da obra de Pombal não pode ter-se na conta de errada nem demolidora, desde que um historiador erudito do nosso século, J. Lúcio de Azevedo, não diz mais nem menos a respeito da discutida figura do Estadista, sendo a conclusão final que da leitura se tira a mesma condenada por Oliveira Martins na *História de Portugal*, obra que não pode considerar-se «panfleto» como lhe chamaram, mas primeiro golpe, violento embora, na noção falsíssima da história panegírica, narcisista, de consequências muito mais perniciosas do que as da teoria contrária.

Acusam Oliveira Martins de denegrir deliberadamente sobretudo os Reis, esquecidos de que estes, como figuras históricas, só podem ser julgados através das suas obras, independentemente do que, como *homens*, possam individualmente ser. Denegrir é deturpar intencionalmente um facto ou alguém no intuito de o rebaixar ou aviltar. Se o

(286) Alfredo Pimenta, no 1.º dos artigos publicados sob o título genérico de *Oliveira Martins historiador* em «A Voz» de 8 e 30 de Março de 1930, chama à *História de Portugal* «miserável panfleto», ao *Portugal contemporâneo* «código de tédio amargo», e considera a *História da civilização ibérica* «repugnantemente desnacionalizadora», concluindo no 2.º artigo por aconselhar «a gente que ao encontrar Oliveira Martins tenha cautela e passe de largo...», afirmações de carácter peremptório dogmático tão próprias do temperamento daquele nosso falecido amigo. A nossa admiração pela sua inteligência e saber não pode, porém, impedir-nos de ver em tais afirmações manifestações de paixão e injustiça, por terem sido ditadas por uma visão demasiado estreita, incompatível com o pensamento norteador dos cultores da ciência histórica.

historiador tantas vezes se deixou levar ao sabor da sua fantasia de artista, por força da sua «imaginação visual» ou da sua «intuição psicológica», não o fazia, cremos bem, para vincar a faceta censurável desse facto ou dessa figura. Ele procurava ser justo: a sua noção de justiça é que pode ser discutível. Apesar de tudo, a *História de Portugal* não deixa no leitor a desoladora impressão que, em qualquer francês, pode deixar essa interpretação sarcástica e contundente que Anatole France escreveu acerca da história da sua pátria, *L'Ile des Pingouins*. Em Oliveira Martins as figuras históricas aparecem, por vezes, deformadas pela sua visão; o escritor francês dá-lhes nomes de fantasia, envolvendo-as em atmosfera aparentemente de elogio irónico mas, quando quer, achincalhante.

A obra do nosso historiador pode provocar a indignação; não pode, porém, levar qualquer português a envergonhar-se de o ser. E em muitos passos da malsinada obra — mais demolidora é o *Portugal contemporâneo*, tão admirado — bastas páginas poderiam figurar, sem omissão de uma vírgula, numa antologia de portuguesismo para uso da mocidade.

Na «Introdução» à *História da Civilização Ibérica* escreveu ele estas palavras que andam muito esquecidas, até de muitos entusiastas do historiador:

«A deplorável confusão que se faz da história e da política, levando para a primeira as preocupações da segunda, vendo um tirano em toda a parte onde se encontra um rei, um salteador sempre que se encontra um nobre, um charlatão sempre que topa com um padre; essa deplorável paixão confunde, baralha tudo e torna impossível a compreensão das coisas» (286^a).

Ora estas palavras foram escritas em 1879, no limiar da sua carreira de historiador, antes ainda da publicação da *História de Portugal*, que apareceu em Outubro desse ano. Onde está, pois, o demolidor sistemático? Talvez os seus críticos argumentem que, não negando embora as boas intenções do historiador, a *História de Portugal*, principalmente, contribuiu com eficácia para criar um estado de espírito negativista, propício a todos os exageros, ou, como escreveu António Sérgio, (aliás seu admirador e compilador devotado dos *Dispersos* do escritor) para fomentar «o radicalismo político anti-dinástico, o puro

espírito de insurreição»⁽²⁸⁷⁾. Levar-nos-iam muito longe estas palavras do autor dos *Ensaíos*, precisamente à velha questão, tão debatida, base do célebre romance de Bourget *Le Disciple*: a quota-parte da responsabilidade dos mestres nos desvarios dos seus discípulos que os não compreenderam. No que respeita propriamente ao caso pessoal de Oliveira Martins, os seus erros resultaram, também, do seu defeito de visão e da errada interpretação que deu a algumas das suas leituras, como, por exemplo, n' *O Helenismo* onde cita traduções erradas de certas passagens da *Bíblia*, ou lhes dá uma interpretação que não é a objectiva⁽²⁸⁸⁾.

Afigura-se nos especiosa e improcedente a acusação acima referida, aliás teríamos de acusar o próprio Fundador do Cristianismo por, à sombra da sua doutrina, se cometerem, pelos séculos fora, exageros e crimes que repugnam à nossa inteligência e à nossa sensibilidade. Não deveriam antes culpar-se outros escritores, e não Oliveira Martins — por exemplo Junqueiro — do estado de espírito que, *à la longue*, preparou a desordem?

Em Portugal, sobretudo a partir da instauração do regime liberal, nem sempre as *élites* souberam corresponder ao que delas seria de esperar. Dominadas, na sua quase generalidade, pelos ódios políticos, a que se submetiam grosseiramente, viu-se como foram elas quem abriu, desde o princípio, o caminho à desordem e à anarquia. Também se vira como a retórica ôca mas arrebatadora de alguns políticos, em especial republicanos, empolgou as massas fazendo-as aceitar como verdades irrefragáveis o que não passava de fantasias delirantes ou até calúnias torpes.

Sendo os Portugueses por natureza a-críticos, fácil é de compreender como aceitaram de olhos fechados as palavras de Oliveira Martins, que as massas não liam, nem ainda hoje lêem, mas lhes eram

⁽²⁸⁷⁾ *Dispersos*, de Oliveira Martins. Vol. I. Lisboa. 1923. Pág. VII.

⁽²⁸⁸⁾ Da leitura da *Teoria*, mesmo quando O. Martins cita passagens em latim, deprende-se que a maior parte dos autores citados o foram através de expositores, como ele confirma na pág. 59. tendo sido Ahrens o que de mais perto seguiu com o *Droit naturel*. Seguem-se Santo Agostinho, de quem cita vários passos em latim; São Tomás de Aquino, cuja *Summa* ignoramos se conheceu ou assimilou através de comentadores; Erasmo pela tradução francesa *Codicille d'or*; Jean Bodin em *Les six livres de la République*; Maquiavelo com *O Príncipe*; a *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*, de Bossuet; o *Traité du gouvernement civil* tradução do *De cive*, de Hobbes; Locke; Kant através dos expositores Cousin, Ahrens e Lermnier, como confessa em nota; Vico, «filósofo napolitano que, do alto da sua cadeira obscura, domina e preside todo o movimento científico do século XIX» (pág. 59); Benjamim Constan; Adam Smith; Stuart Mill; etc. etc.

transmitidas pelos seus ídolos de comício ou pela imprensa *engagée*, destacadas, porém, do seu contexto. E o próprio Guerra Junqueiro, que fora seu amigo e companheiro no grupo famoso dos «Vencidos da Vida», chegou até a fazer preceder acintosamente o seu poema *Finis Patriae* de larga transcrição de excertos da *História de Portugal* onde a dinastia de Bragança é apresentada sob as mais negras cores.

Em face da incultura do nosso povo, como poderia este compreender, se a lesse, a obra do historiador? A sua «maléfica» influência não se fez sentir nesse mesmo povo, mas atribuem-lha as *élites* do seu tempo.

Acentuemos, como conclusão, que, lendo-se desapassionadamente, algumas das páginas mais atacadas do escritor e comparando-as com os depoimentos coevos ou mais antigos e tidos por verídicos, a verdade não parece maltratada, aparecendo até por vezes atenuada. Se voltarmos a ler o que escreveu acerca de D. Afonso Henriques, de D. Pedro, de D. Fernando, de D. João I e de outros Reis posteriores, não deixaremos de notar que Oliveira Martins os censurou naquilo que muitas vezes os seus próprios panegiristas lhes censuraram. O escritor não deixa, porém, de fazer-lhes justiça quando esta se impõe, e nisto consiste o seu maior elogio. Quando os historiadores liberais faziam as mais severas e até duras críticas a D. João III (de quem Herculano deixou o mais negro perfil na *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*), Oliveira Martins exaltou-lhe a sábia política colonizadora, considerando-o o verdadeiro criador do Brasil.

Será necessário lembrar que foi precisamente o *Portugal contemporâneo* que recebeu os maiores ataques (embora captasse grandes elogios) que valeram ao autor o apodo de «miguelista», como já antes dissemos, apenas por ele ter verberado com veemência os desmandos do nosso liberalismo?

Como historiador, de quem foi tributário Oliveira Martins? Sabe-se como foi leitor insaciável e, ainda antes de partir para as minas de Santa Eufêmea, se dedicava à leitura, o que se depreende, por exemplo, dos artigos de crítica a trabalhos de Teófilo Braga. Se foi em Espanha que escreveu a *Teoria do Socialismo e Portugal e o Socialismo*, muitos dos autores citados, em particular na primeira obra, deveria tê-los já lido antes de partir, e deles tomado as notas que depois lhe serviram para esses trabalhos.

Por diversas vezes assinalámos a sua formidável capacidade de trabalho quando então se não utilizavam, senão em casos muito raros, os secretários encarregados de colher os elementos de que os escritores

careciam para redigirem as suas obras. Tãopouco se usavam ainda, senão em muito poucos escritórios de ingleses, no Porto e em Lisboa, as máquinas de escrever, que levariam a enorme economia de tempo em relação às cópias manuscritas. De resto, vivendo vida modesta, não se encontrava então o historiador em condições materiais de se dar ao luxo de ter um secretário a auxiliá-lo no seu trabalho, o que só pôde fazer nos últimos anos de vida, quando a Política lhe absorvia grande parte do tempo..

Assinalámos também que só nas obras do ciclo biográfico ele cita as fontes documentais e bibliográficas, embora já o tivesse feito no *Portugal contemporâneo* e n'*O Brasil e as colónias portuguesas*.

Em alguns dos seus livros, e referimo-nos apenas aos de história, anteriores às obras citadas, apresenta em apêndice os nomes dos livros e autores consultados, desde os do passado, coevos ou posteriores aos factos relatados, até aos do tempo do escritor, do que nos parece poderemos concluir estar Oliveira Martins perfeitamente *au point* das obras mais recentes e dos autores mais conspícuos da sua época.

N'*As Raças humanas*, por exemplo, a par de numerosos autores citados na «Bibliografia» — F. Müller, H. Barth, R. Burton, Gobineau, Quatrefages, Darwin, Lombroso, Condorcet, Hegel, E. Tylor, Lubbock, Renan, Pritchard, Mommsen, Niebhur, Lenormand, Arbois de Jubainville — utiliza em vários passos os cronistas que escreveram acerca do Oriente — o *Livro de Duarte Barbosa*, o *Tratado da China* de Gaspar da Cruz, as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, a *Crónica de Guiné* de Zurara, a *Jornada d'África* de Jerónimo de Mendonça e com frequência a *Miscelânia* de Garcia de Rezende, sistema também utilizado n'*O regime das riquezas*.

Nos *Elementos de Antropologia* também encontramos uma «Bibliografia» onde cita autores como Carlos Ribeiro, Nery Delgado, novamente Quatrefages, Lubbock, Darwin, Tylor, Lepell, Häckel, Boucher de Perthes, Lartet, Christy, Cuvier, Broca, Vogt, isto é os grandes autores do tempo das mais importantes obras de arqueologia pré-histórica e de antropologia.

No *Quadro das instituições primitivas*, mais obra de sociologia do que de história, não apresenta qualquer nota bibliográfica, apesar dos numerosos autores que deveria ter consultado, citando, porém, no texto a *Fatalidade histórica da ilha de Ceilão*, o *Diário de Graça*, a *História da província de Santa Cruz* de Magalhães Gândavo, a referida crónica de Zurara, a *Informação das coisas de Maluco*, o *Elucidário* de Viterbo, o *Tratado dos rios da Guiné*, as *Notícias do Brasil*, a par de autores clássicos, que deveria ter lido em traduções

francesas. Tácito, Lucrécio, Tito Lívio, Aristóteles e outros modernos: Grimm, Mommsen, Fustel de Coulanges, Summer Maine, Laveleye, e em numerosos passos vários forais de concelhos portugueses, colhidos naturalmente nos *Portugaliae Monumenta Historica*.

A *História da Civilização Ibérica* contém também uma razoavelmente extensa bibliografia, onde se destacam entre alguns autores já citados nas obras anteriores, Alexandre Herculano, Coelho da Rocha, Rebelo da Silva, Antero de Quental (este com a conferência pronunciada em 1871 acerca das causas da decadência dos povos peninsulares, cujas teses Oliveira Martins desenvolveu na *História*), Gama Barros, António Coelho de Amaral, João Pedro Ribeiro, Lopes Praça, o Visconde de Santarém com a *Memória para a história e teoria das cortes gerais em Portugal*, e outros autores portugueses de segunda ordem. Naturalmente ali figuram também autores espanhóis, como Manuel Colmeiro, José António Conde, I. Tapiá, M. Lafuente com os 30 volumes da *Historia general de España*, Amador de los Ríos, Cárdenas, Ferrer del Río, Llorente, Menéndez Pelayo com a célebre *Historia de los heterodoxos españoles*, Pí y Margall e outros. Grande é, porém, o contingente de autores estrangeiros, em particular franceses (Romey, Morel Fatio, Guizot, Montesquieu, B. de Saint-Hilaire, E. Quinet, Mignet, R. Dory, Renan), ingleses (Ticknor, Gibbon, Buckle, Robertson), alemães (Bouterwerck, Schäffer, Niebhur, Savigny, Rank) e os americanos Washington Irving e W. Prescott, o primeiro em tradução francesa.

São raros os autores citados na *História de Portugal*, quase só Garcia de Resende através a *Miscelânea* e a *Crónica d'El-Rei D. João II* (descrição das festas realizadas em Évora por ocasião do casamento do infante D. Afonso), Camões e Camilo Castelo Branco (o célebre trecho da morte da Marquesa de Távora). Podem, porém, detectar-se quase todos os autores em que se apoiou para redigir a obra, todos ou quase todos citados nas «Notas sobre a historiografia em Portugal» apenas ao II volume, desde os *Livros de Linhagens* até à *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, de Gama Barros, a qual cita «como tributo de respeito» pelo autor da obra, que reputa, muito justamente, «o livro digno de hobrear com os do grande Herculano», acrescentando que ela não seria possível fazer-se «se o nosso historiador não tivesse desbravado o campo». (Vol. II, pág. 328).

Pela sua natureza especial, conjunto de trabalhos dispersos de Oliveira Martins — conferências, artigos, ensaios, crítica de obras históricas — *Portugal nos mares* é acompanhado de numerosas notas,

com a indicação das autoridades, algumas destas insertas no próprio texto. Bastantes notas são extensas e incluem excertos de trabalhos de vária índole, parte apreciável de autores ou documentos coevos dos factos a que Oliveira Martins se referia.

São escassas as autoridades citadas n' *O Brasil e as colónias portuguesas*, onde se encontra, como já dissemos, um longo excerto da conhecida carta de Pero Vaz de Caminha. Em troca é nesta obra que o autor utiliza pela primeira vez as estatísticas, tendo sido «o primeiro em Portugal a descobrir a importância dos algarismos, das estatísticas», como salienta o Prof. Georges Le Gentil ⁽²⁸⁹⁾. A maior parte das notas constam de extractos de relatórios, de artigos de jornais e outros, quer portugueses, quer brasileiros, sobre cujos dados o autor se apoia.

No extenso ensaio que precede as *Tábuas de cronologia*, por nós citadas antes, nenhuma autoridade aparece em apoio das teorias, considerações ou conclusões de Oliveira Martins. Surpreendentemente encontrámos (pág. XXI) uma extensa nota extraída do *Diário* do Marquês de Tseng (pág. XXI), publicado em Cantão e o historiador encontrou parcialmente traduzido em inglês na revista londrina «Nineteenth Century».

A *História da República Romana* é, porém, de longe a obra em cuja bibliografia o autor mais se esmerou. Independentemente da abundância de obras ali reunidas, agrupou-as ele em duas secções: I — História política e geral, subdividida em: histórias gerais, primórdios da República, corografia arqueológica italiana, Pirro e as guerras Púnicas, crise final da República, os Bárbaros, história geral do Império, monografias da época imperial, topografia de Roma. II — História social e moral, contém: antiguidades; instituições em geral, história especial das instituições, administração provincial, instituições militares, economia geral, instituições fiscais, moeda, Direito civil e das gentes, costumes, religião, moral e filosofia.

São cerca de 400 obras, algumas com mais de 2 volumes, em francês, inglês, alemão e italiano, dizendo ainda em nota (vol. II, pág. 457) que suprimiu as obras de epigrafia, os autores clássicos, «que serão eternamente lidos como escritores, mas que hoje não podem em grande parte tomar-se como textos históricos»; numerosos artigos de revistas de especialidade, francesas, alemãs, italianas e inglesas, e por fim as obras de arqueologia clássica do Renascimento.

(289) *Oliveira Martins* (Algumas fontes da sua obra). Trad. port. Lisboa. 1935. Pág. 62.

Entre os numerosos autores citados encontram-se Niebuhr, Mommsen, Ampère, Vitor Dury Drumman e alguns mais, para a história geral de Roma. Nas restantes secções deparam-se nos *Dieu Etruscken*, de O. Müller, *Polybe*, de Fustel de Coulanges, *Cicéron et ses amis*, de Boissier, *Histoire d'Attila*, de Amédé Thierry, *The history of the decline and fall of the Roman Empire*, de Ed. Gibbon, *Histoire de Jules César*, de Luís Napoleão, *La cité antique*, de F. de Coulanges, o *Système des impôts sous l'empire romain*, de Savigny, um curioso manual editado em Bruxelas na «Bibliothèque Jacob» *Les courtisanes de l'ancienne Rome*, e muitos outros que seria ocioso citar.

Não parece crível, perante tão extensa bibliografia, que tivesse Oliveira Martins podido consultá-la na totalidade, não por ser incapaz de em todas essas obras colher elementos para os seus trabalhos mas acima de tudo pela escassez de tempo disponível, em particular após ter-se envolvido na Política e desenvolvido uma campanha jornalística intensa, quer em «A Província», no Porto, e n'«O Repórter», em Lisboa.

Cremos, por isso, que a extensa lista bibliográfica apensa ao II volume da *História da República Romana* tem apenas carácter informativo para os leitores interessados.

Para escrever o *Portugal contemporâneo* utilizou, naturalmente, fontes das mais diversas origens, desde obras impressas até aos relatos das sessões do Parlamento e ainda depoimentos orais. Na sua quase totalidade a bibliografia não é indicada nas notas nem no final da obra, mas no próprio texto. Podem assim essas fontes agrupar-se em obras históricas (*Memórias históricas* de Silva Maia; *História do cerco do Porto*, de Luiz Soriano; *Traços de história contemporânea* de Macedo, «que me valeram de subsídios que encerra e de que me utilizei a mãos largas», como escreve; *Vida e trágico fim de Agostinho José Freire*, anónimo; *Apontamentos da vida de um homem obscuro*, também de autor anónimo; *Silva Carvalho e o seu tempo*, de António Vilar; a *História do cativo dos presos de S. Julião da Barra*, de Lopes. Recorreu também a livros de memórias (*Memoirs of the Duke of Saldanha*, do Conde da Carnota; *Revelações da minha vida*, do citado Soriano). A imprensa do tempo desde a instauração do regime liberal (1820) até à época do autor também lhe foi fonte preciosa («Hippiátrica» e «Mastigóforo», de Fr. Fortunato de S. Boaventura; «Crónica constitucional do Porto»; «Artilheiro», de Sousa Bandeira; «O Raio»; «O Espectro», de Rodrigues Sampaio). Depoimentos de estrangeiros também deles se serviu, como *Sketches of Portuguese life*, anónimo; as *Letters*, do coronel Shaw; as *Recordações de Portugal* de Lichnowski; *L'Établis-*

sement des Cobourg au Portugal, do conde de Goblet, bem como a resposta a este por Sá da Bandeira, também em francês *Lettres au comte de Goblet*.

Utilizou ainda alguns dos numerosos panfletos publicados durante a época de luta até além dos meados do século: *A Voz do Profeta*, de A. Herculano; *Norma das Regências*, de Pinto Pizarro; *A dinastia e a revolução de Setembro*; *Ontem, hoje e amanhã ou Costa Cabral em relevo*, todos anónimos; *Cartas de Graco a Júlia*, de Souto Maior; *Os dois dias de Outubro*, publicado anónimo mas da autoria de D. João de Azevedo. Para a guerra civil em 1846-47 numerosas são as citações do *Livro azul*, publicado pelo Governo inglês. Prestaram-lhe bons serviços a *Correspondência oficial do Conde da Carreira*, a *Correspondência* de Xavier Resende, e a correspondência autógrafa dos dois irmãos Passos, José e Manuel. O *Diário das Sessões* do Parlamento, acima indicado, ofereceu-lhe também oportunidade para citar trechos de discursos, particularmente de Manuel Passos, de Costa Cabral e de Fontes Pereira de Melo.

Pelas obras e autores citados, facilmente chegamos à conclusão de que Oliveira Martins procurava sempre documentar-se cuidadosamente junto das autoridades que lhe mereciam maior confiança. Pela feição especial do seu espírito e também por carência de tempo, nunca se sentiu tentado a consultar documentos originais manuscritos dos nossos arquivos que, sobretudo para a redacção da *História de Portugal*, lhe poderiam ter prestado inegáveis serviços e possivelmente o teriam levado a alterar juízos prematuros ou modificar erros de visão. No *Portugal contemporâneo*, como se viu, utilizou a imprensa da época, os relatos das sessões parlamentares e correspondências diversas oficiais ou diplomáticas.

Só quando se abalançou a redigir os livros da sua última fase pôde ou quis servir-se de documentos, embora já publicados em livro. Não cremos o escritor versado em paleografia, absolutamente indispensável para a leitura e interpretação de documentos anteriores ao século XVIII.

Será possível afirmar que Oliveira Martins, mesmo admitindo a sua formação de autodidacta, dependesse intelectualmente de um ou mais autores ao formular os seus juízos? Pessoalmente não o cremos, embora tivéssemos apontado antes certa feição a recordar leituras de Carlyle e Michelet, autores ausentes da bibliografia transcrita: O escritor, mesmo em idade juvenil, manifestava uma independência de espírito incompatível com qualquer preceptorado mental. Salienta o Prof. Le Gentil que na sua mocidade, para ele e para Antero «as pri-

meiras influências intelectuais que ambos receberam foram de origem extra-peninsular»⁽²⁹⁰⁾. E ao referir-se à impressão recebida por Oliveira Martins em Espanha, escreve que, apesar disso, não se poderá dizer «que tenha recebido dos espanhóis, seus amigos, indicações de métodos. (...) Bem ao contrário, é legítimo sustentar que ele deu mais do que aquilo que recebeu»⁽²⁹¹⁾.

Todavia, reconhecamos que, apesar de tudo, em quase todas as suas obras históricas, se encontram passagens em que defende doutrinas expendidas por alguns autores consultados, por exemplo na *Teoria do Socialismo*, onde se encontra patente a influência de Proudhon e de Blanqui, n'As Raças humanas a de Cournot, no *Quadro das instituições primitivas* a de Summer Maine, na *História da República Romana* a de Mommsen, enquanto, por outro lado, casos há em que parece ter exposto ideias e pontos de vista mais tarde defendidos por autores contemporâneos. O Prof. Le Gentil diz que não se deve concluir apressadamente «que Oliveira Martins foi um simples sequaz ou imitador. Em muitos pontos ele precedeu a escola sociológica francesa»⁽²⁹²⁾, enquanto o Prof. Elías Tejada, no seu ensaio *Oliveira Martins e Durkheim*, vê nele um predecessor do ilustre sociólogo francês⁽²⁹³⁾.

Naturalmente necessitara o escritor, como todo o historiador, ainda que simples divulgador, de apoiar-se em autoridades como tal reconhecidas. Se lhe faltava cultura especializada, em especial filosófica, nem por isso ele hesitou em aventar teorias advindas de leituras feitas, por vezes arrojadas, mormente quando revestiam o perigoso carácter de profecias, às quais era levado pela imaginação ardente, assinalada por alguns autores que o estudaram. O Prof. Hernâni Cidade, por exemplo, no pequeno ensaio *Oliveira Martins mau profeta*, a propósito da sua teoria acerca da «raça ariana», que, como vimos, o historiador considerava destinada ao domínio do Mundo, e encarava os povos orientais e africanos com desdém superior, perante o espectáculo hoje deparado no mundo asiático e no africano, escreve:

«Já se está a ver que o historiador tão admiravelmente dotado para interpretar e reanimar de vida o passado, de todo lhe falhava, perante o futuro, a capacidade profética. Novas

(290) Ob. cit. Pág. 22.

(291) Pág. 24.

(292) Pág. 60.

(293) *Oliveira Martins y Durkheim*. Trad. port. Guimarães. 195.

premissas hoje se deparam e o chamado *Terceiro Mundo*, com tudo quanto nele possa haver de ilusão ingênua, misturada com habilidade mistificadora, aí está a rasgar novas perspectivas em que se dissolvem em preocupantes dúvidas as certezas de Oliveira Martins» ⁽²⁹⁴⁾.

Os defeitos de Oliveira Martins como historiador resultam, ao que se nos afigura, de duas causas fundamentais: a carência de disciplina pedagógica na sua mocidade, e o volume excessivo das suas leituras, nem sempre suficientemente doseadas. Se acrescentarmos a estas um entusiasmo que se encontrava nos antípodas da calma e da frieza dum historiador-erudito, teremos, cremos nós, concluído o processo da história martiniana, ficando assim aptos para a compreendermos e relevarmos ao autor alguns dos defeitos por tantos apontados.

A. Álvaro Dória

ERRATA — Na página 170, linha 23 do volume anterior, leia-se «trovoadas» em vez de «turvados».

⁽²⁹⁴⁾ «O Primeiro de Janeiro» de 9 de Agosto de 1957.